

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E
EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
AMBIENTAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

JOSÉ VICTOR FIGUEIREDO DA SILVA

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL COM VISTAS A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DO
MEIO AMBIENTE: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE
RIBEIRÃO PEQUENO, MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof^(a). Dr^(a) Carlyle Torres Bezerra de Menezes

**CRICIÚMA
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S586a Silva, José Victor Figueiredo da.

Avaliação do potencial de desenvolvimento local com vistas a preservação da cultura e do meio ambiente : estudo de caso do Distrito de Ribeirão Pequeno, município de Laguna, SC / José Victor Figueiredo da Silva ; orientador : Carlyle Torres Bezerra de Menezes. Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2016.

101 p. : il.; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2016.

1. Desenvolvimento territorial sustentável. 2. Ecoturismo. 3. Desenvolvimento econômico Aspectos ambientais. 4. Turismo regional. I. Título.

CDD. 22^a ed. 338.4791

JOSÉ VICTOR FIGUEIREDO DA SILVA

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO
LOCAL COM VISTAS A PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DO
MEIO AMBIENTE: ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE
RIBEIRÃO PEQUENO, MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC.**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Ambientais na área de Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 30 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlyle Torres Bezerra de Menezes - (UNESC) - Orientador

Prof. Dr. José Antônio da Silva Santos - (FUCAP)

Prof. Dr. Geraldo Milioli - (UNESC)

Dedico este trabalho a minha esposa, Samira, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando para que este trabalho fosse concretizado.

AGRADECIMENTOS

À força divina, que é maior, e possibilita atravessar obstáculos muitas vezes imagináveis. Deus, meu sinônimo de superação e conquista.

Aos meus pais, José e Marlene, que sempre lutaram e incentivaram o aprendizado contínuo, dando amor, apoio, conselhos e força de vontade para seguir, minha gratidão e amor.

A minha esposa e meu amor, Samira, por seu amor, carinho, troca de ideias, dedicação, companheirismo e paciência em todos os momentos, por ter me apoiado e incentivado em todas as etapas do trabalho, não me fazendo desistir, e me incentivando na busca do conhecimento, minha eterna gratidão.

Ao meu orientador e grande amigo, professor Carlyle, minha eterna gratidão pelas oportunidades oferecidas durante a minha graduação até o mestrado, pela amizade, paciência, conselhos, sabedoria e experiências compartilhadas, obrigado.

Aos docentes do PPGCA, pelos ensinamentos, convívio e experiências compartilhadas.

A comunidade local do Distrito de Ribeirão Pequeno, pela receptividade e acolhida em todos os momentos da pesquisa.

A técnica da EPAGRI, Beth, que não mediu esforços para colaborar na construção desta pesquisa.

A banca examinadora, por terem aceitado o convite e pela excelência profissional. Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte deste trabalho, minha gratidão.

P - - - - -
suficiente para nossa carência. Se
cada um tomasse o que lhe fosse
necessário, não havia pobreza no
mundo e ninguém morreria de
;-

Mahatma Gandhi

RESUMO

Num cenário de aguçamento da crise socioambiental planetária e de globalização assimétrica, o conceito de territórios sustentáveis vem impondo-se gradualmente no debate contemporâneo sobre estilos alternativos de desenvolvimento rural. Nos mais diversos continentes, a pesquisa acadêmica tem evidenciado o surgimento de novas modalidades de organização de sistemas produtivos com identidade cultural, de novos estilos de consumo responsável e de novos sistemas de gestão integrada, participativa e ecologicamente prudentes do patrimônio natural. Deste modo o Desenvolvimento Territorial Sustentável DTS acompanhado do Turismo ecológico-comunitário surgem a partir da união dos princípios e conceitos de território e desenvolvimento sustentável, com a finalidade de tornar possível o desenvolvimento local sem a degradação ao meio ambiente, bem como o respeito os valores e tradições populares. Tal abordagem enfatiza o desenvolvimento local que esta pautada na valorização do potencial do ambiente em questão. Os espaços onde são implantadas políticas e diretrizes de desenvolvimento territorial sustentável configuram ambientes que destacam a relação cultural e territorial dos atores sociais com o ambiente, representados por iniciativas e o resgate do modo de vida das também populações tradicionais. Sendo assim o trabalho apresentado visou avaliar e identificar as experiências e potenciais de ações para o desenvolvimento territorial sustentável acompanhado do turismo ecológico-comunitário em uma região da zona costeira do sul do estado de Santa Catarina. Esta região está no Distrito de Ribeirão Pequeno, no município de Laguna, SC.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável; Turismo Ecológico-Comunitário; Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

A sharpening setting of the planetary environmental crisis and asymmetric globalization, the concept of sustainable territories has imposed gradually in the contemporary debate on alternative styles of rural development. In various continents, academic research has shown the emergence of new forms of organization of productive systems with cultural identity, responsible consumption of new styles and new integrated management systems, participatory and ecologically prudent natural heritage. Thus the Sustainable Territorial Development - DTS and ecological-Community Tourism arise from the union of the principles and concepts of territory and sustainable development, in order to make possible local development without degradation to the environment, and respect the values and popular traditions. Such an approach emphasizes local development that guided the environmental potential appreciation in question. The spaces where sustainable territorial development policies and guidelines are implemented configure environments that highlight the cultural and territorial relationship of stakeholders with the environment, represented by initiatives and the recovery of livelihoods of traditional peoples also. Therefore the presented study aimed to evaluate and identify the experiences and potential actions for sustainable territorial development accompanied by ecological and community tourism in a region of the coastal area of the southern state of Santa Catarina. This region is in Ribeirão Small District in Laguna County, SC.

Keywords: Sustainable Territorial Development; Ecological community tourism; Traditional Communities

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da área de estudo, entre as coordenadas 6.846.000 6.853.000 N 705.000 - 711.000 E, Distrito de Ribeirão Pequeno, Laguna, SC.	55
Figura 2 Coleta de dados em reuniões da comunidade	65
Figura 3 Atores sociais participantes dos cursos.....	66
Figura 4 Capacitação ocorrida no Engenho do Sr. José	69
Figura 5 Data-show exposto na prensa do engenho.	70
Figura 6 Almoço realizado na casa dos moradores	70
Figura 7 Reuniões de planejamento, realizada na escola, para realização da Feira.....	72
Figura 8 Dona Albertina tecendo os tapetes durante a realização da feira.	73
Figura 9 Tenda com a exposição dos produtos	74
Figura 10 Restaurante na comunidade de Parobé.....	74
Figura 11 Turistas adquirindo os produtos na feira realizada na comunidade de Parobé.	75
Figura 12 - Farinha de amendoim sendo produzida durante a feira.	75
Figura 13 Produtos etiquetados vendidos na feira.....	76
Figura 14 Produtos embalados e etiquetados	76
Figura 15 Aplicação dos questionários em frente a Igreja, na comunidade de Parobé.	79
Figura 16 Casas construídas de forma irregular na beira da Lagoa Santo Antônio dos Anjos.....	82
Figura 17 Tradicional engenho de farinha na comunidade de Ribeirão Pequeno.	84
Figura 18 - Canoas utilizadas na pesca artesanal da comunidade de Ribeirão Pequeno.	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização dos morados segundo sexo	66
Tabela 2 - Caracterização do grupo por idade.....	67
Tabela 3 - Caracterização segundo o nível de escolaridade	67
Tabela 4 - Caracterização do grupo quanto à profissão.....	68
Tabela 5 - Caracterização dos turistas segundo sexo	79
Tabela 6 - Caracterização dos turistas por idade	80
Tabela 7 Renda familiar média dos turistas	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
DTS	Desenvolvimento Territorial Sustentável
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TEC	Turismo Ecológico-Comunitário
TM	Turismo em Massa
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 OBJETIVOS	25
2.1 Objetivo Geral	25
2.2 Objetivos Específicos	25
3 REFERENCIAL TEÓRICO	26
3.1 A crise do atual modelo Desenvolvimento Sustentável	26
3.2 O significado de desenvolvimento	27
3.3 A noção de desenvolvimento territorial	28
3.4 Desenvolvimento Territorial Sustentável - DTS	29
3.5 O enfoque de ecodesenvolvimento.....	31
3.6 A problemática do turismo em massa	32
3.7 Turismo Ecológico-Comunitário - TEC.....	34
3.8 Turismo rural como gerador de desenvolvimento local	39
3.8.1 Comercialização de produtos locais e Turismo Rural	42
3.9 Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis em SC	45
3.9.1 Potencialidades e obstáculos à criação de um sistema produtivo local agroecológico na zona costeira centro-sul	46
4 METODOLOGIA	49
4.1 Unidade da Pesquisa.....	51
4.1.1 Histórico	52
4.1.2 Localização	53
4.1.3 Clima, vegetação e hidrografia.....	55
4.1.4 Economia, Educação e Turismo	56
4.2 Instrumentos de Coleta de Dados	58
4.3 Sujeitos da Pesquisa	61
4.3.1 Comunidade Local	62
4.3.2 Turistas.....	62
4.4 Instrumentos de Análise e Interpretação de Dados	63
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
5.1 Análise do Perfil dos moradores locais com vistas ao desenvolvimento do turismo local.....	65
5.2 Análise do Perfil dos turistas com vistas ao desenvolvimento do turismo local.....	78
5.3 Avaliação do potencial e dos obstáculos com vistas ao turismo ecológico-comunitário na região em estudo.....	82
5.3.1 Obstáculos e oportunidades.....	83
6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90

APÊNDICE	98
APÊNDICE A Roteiro de entrevista com moradores locais.....	99
ANEXO	100
ANEXO A Questionário de Entrevistas Semiestruturadas com os turistas	101

1 INTRODUÇÃO

As inovações tecnológicas alteraram as estruturas econômicas, sociais e políticas, mudando igualmente as condições de vida das pessoas. O aumento do tempo de lazer, a complexidade das sociedades e

Também se percebe, por parte da sociedade que o mercado consumidor vem buscando cada vez mais produtos especializados, ou seja, produtos que possuem valores, que possam construir uma identidade, muito mais que até que produtos de bem de consumo padronizados, busca-se produtos com qualidade do ponto de vista social e ecológico.

Sendo assim, atualmente torna-se cada vez mais urgente a necessidade de buscar integrar a dimensão territorial no planejamento, por meio de novas estratégias de desenvolvimento, sendo que essa necessidade deve ser atendida na perspectiva de reduzir incertezas dos riscos de um processo de globalização, o qual alimenta a degradação intensiva dos ecossistemas bem como o aumento das desigualdades sociais (ABRAMOVAY, 2010).

Os programas que proporcionam a participação social e a integração de uma gestão participativa são alvos de discussões no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas.

O turismo ecológico-comunitário, vinculado ao desenvolvimento territorial sustentável, vem através de ações prevenir o tratamento adequado das ações sociais que visam à construção de metodologias, as quais têm como objetivos o fortalecimento de ações locais.

O presente projeto de pesquisa de dissertação realizou um estudo sobre as possibilidades de desenvolvimento local, visando o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) bem como o turismo econômico-comunitário (TEC), no Distrito de Ribeirão Pequeno, no município de Laguna, SC.

O Distrito de Ribeirão Pequeno foi escolhido como objeto de estudo, por ser uma comunidade que, apesar da dinâmica da vida, manteve fotografias, hábitos intactos, cachoeiras com presença de lavadeiras, mulheres que tecem tarrafas, a cultura da produção de farinha de mandioca de forma artesanal, procissões religiosas e a brincadeira do boi de mamão, estes e tantos outros costumes caracterizam a comunidade e a diferem das demais do município de Laguna, SC.

O trabalho se baseou em levantamento de dados com moradores locais, os atores sociais deste processo, bem como os turistas que visitaram a região em um período de estudo. Desta forma, realizou-se uma análise, contemplando o desenvolvimento local atual, bem como perspectivas futuras de implantação do turismo ecológico-comunitário na região.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar as experiências e possibilidades existentes de desenvolvimento territorial sustentável e os processos de construção da gestão pública e participativa no Distrito de Ribeirão Pequeno, município de Laguna, SC.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Identificar iniciativas que possam oportunizar a formação de estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável na região de estudo, tendo como base o Turismo Ecológico com base comunitária;
- II. Identificar os principais obstáculos e oportunidades para o fortalecimento e integração de dinâmicas territoriais vigentes;
- III. Analisar o perfil dos moradores locais e dos turistas visando suas necessidades e dificuldades na busca do desenvolvimento do turismo local;
- IV. Realizar uma análise do conjunto de informações e correlacionar com o Turismo Ecológico-Comunitário.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A CRISE DO ATUAL MODELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nas últimas décadas o crescimento desordenado das cidades e o modelo capitalista de desenvolvimento da grande maioria dos países têm proporcionado sérios impactos ambientais negativos, tanto no nível local quanto a nível regional e global.

A ideologia desenvolvimentista, que associa o desenvolvimento a crescimento econômico e progresso técnico-científico ilimitado, como garantia de melhorias das condições sociais, está diretamente relacionada a crise socioambiental ao qual estamos inseridos (BUARQUE, 1990; FURTADO, 1981).

Portanto, segundo Sachs (2007b), o desenvolvimento científico não cumpriu sua promessa de bem-estar generalizado para o conjunto da humanidade. Desde os encontros de Copenhague e da Rio-92, as teorias relacionadas a economia que colocam o crescimento no centro do debate vêm sendo questionadas. Atualmente os problemas sociais se revelam cada vez mais ancorados no nível político do que no técnico, tendo em vista que o avanço tecnológico seria, hoje, suficiente para oferecer à população mundial um nível razoável de conforto material.

De acordo com, Boff (2007) fazem-se refletir em relação à
 - - - - - ; - - 9 - -
 haja certo consenso de que o enfrentamento da crise ecológica global exige soluções técnicas, são os critérios éticos que nos fornecerão as opções socialmente desejáveis, capaz de encontrar saídas libertadoras para a crise socioambiental.

De acordo com Sachs (2007b), nos encontramos diante de uma crise de dimensão planetária e historicamente inédita. Acumulam-se as evidências sobre o volume de impactos destrutivos da ação humana sobre a dinâmica de evolução dos ecossistemas, a ponto de ameaçar as pré-condições de sobrevivência da espécie no longo prazo.

O desenvolvimento da economia nestes moldes tem contribuído para a degradação da biosfera e degeneração psicossocial em termos afetivos, mentais e morais. Nos processos capitalistas, tudo se refere ao valor monetário passível de produzir lucro. No entanto, essa dinâmica não é capaz de conciliar as necessidades do desenvolvimento econômico com as necessidades dos indivíduos e do planeta. Ou seja, a mercantilização das esferas da vida é incompatível com a ética necessária para superar a crise (MORIN, 2002).

aí oferecer a força de trabalho essencial ao crescimento da indústria e

Percebe-se que o crescimento econômico por si só não pode ser considerado a base do desenvolvimento. É preciso que se considere também o bem-estar social. Porém isso não significa que o crescimento econômico seja oposto ao desenvolvimento. Santos (2005a, p.26) afirma

c

Complementando, Sachs (2001, p.157-158) argumenta que:

econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocando a serviço dos objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária ao desenvolvimento

Nesse contexto, surgem novas orientações sobre desenvolvimento, baseadas nos impactos negativos do modelo de desenvolvimento é que o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) está inserido, pois se trata de uma atividade que busca uma forma sustentável de desenvolvimento, dinamizado em nível local ou territorial.

3.3 A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao buscar uma definição para território, procurou-se ir além da definição que reduzia o termo aos limites políticos de países, ou seja, o

Nesse sentido, Santos (2002) ressalta que o território tem que ser entendido como o território usado e não apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território usado, para o autor, representa o espaço e a identidade. Essa identidade representa fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e

Ao encontro disso, Santos (2005b, p.119), utilizando os termos

como um espaço onde existe a presença do homem e ocorrem interações humanas. E é nesse sentido que Neves (1995, p.14) declara o território

de vista político, social, econômico e ideológico, por um grupo ou classe social, em nome da população que nele habita e trabalha e com ele se

Portanto é que é necessária a participação efetiva da população, ou seja, dos atores sociais, na identificação dos eixos relativos à satisfação e harmonização das necessidades concreta desses espaços, na valorização das potencialidades dos ecossistemas, na organização coletiva com vistas ao desenvolvimento dessas potencialidades, a partir de ações permanentes voltadas tanto para o local quanto para o global, traçando assim as estratégias do ecodesenvolvimento (SACHS, 2001).

3.4 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - DTS

Segundo Andion (2007), no DTS as próprias populações locais passam a desempenhar um papel central na construção e na condução de suas trajetórias de desenvolvimento, e as instituições locais se tornam atores legítimos deste processo. Com base numa ecologia humana baseada no pensamento sistêmico complexo, os planejadores passam a focalizar de maneira interdependente os padrões de consumo e estilos de vida, a cultura política, as inovações tecnológicas, o suprimento energético, o crescimento e a distribuição da população no espaço regional, os serviços sociais de educação, saúde e saneamento, as configurações rural-urbanas e a gestão dos recursos naturais. Todas estas suas dimensões devem ser levadas em consideração de maneira integrada, respeitando as diversidades eco-regionais e assumindo um horizonte de longo prazo (VIEIRA, 2005a).

De acordo Benko (2001), uma das principais consequências da globalização é a homogeneização do espaço mundial. Todavia, chama a atenção à capacidade de diferenciação e especialização que algumas regiões desenvolveram ao longo da história. O sucesso de algumas experiências regionais deve-se, sobretudo, à densidade das relações entre os atores locais (empresas, universidades, coletividades territoriais, sindicatos, etc) que têm papel determinante na competitividade das atividades econômicas.

Nesse sentido, Desjardins (1999) salienta que a competitividade da economia global corresponde ao atendimento de certas condições locais específicas, que não se reduzem à disponibilidade de fatores de produção sujeitos ao mercado global. Destaca ainda a importância da

proximidade entre os atores sociais como indutora de capital social, e a importância da ação-coletiva em nível local, a qual se materializa em ações como capacitação de mão-de-obra, promoção dos produtos e difusão do conhecimento.

A noção de desenvolvimento, associada ao crescimento econômico e ao progresso técnico-científico, se tornou a base ideológica da modernidade. Sua característica marcante é a ideia de que o ilimitado crescimento econômico e desenvolvimento da técnica produzem inexoravelmente melhorias nas condições sociais e, portanto, passou a representar o fim último da ação humana na sociedade industrial (BUARQUE, 1990; FURTADO, 1981, SAMPAIO, 2004a, 2004b).

Numa outra perspectiva, muitos teóricos passaram a questionar esta concepção de progresso na medida em que apontaram seus impactos negativos do ponto de vista sócio ambientais. Representando uma síntese moderna do enfoque de Ecodesenvolvimento apresentado a seguir, onde estas discussões contribuíram na consolidação do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

No lugar da ideia de espaço-lugar de desenvolvimento, o enfoque de DTS introduz a noção de espaço-território, a qual leva em conta o universo da vida e da cultura (LACOUR, 1985 apud CAZELLA, 2004).

Segundo Cazella e Vieira (2004), o enfoque de DTS considera, sobretudo, os seguintes aspectos:

a) repousa nas iniciativas de atores locais no sentido de valorizar os recursos territoriais associados ao patrimônio natural e cultural (incluindo os conhecimentos tradicionais), levando em conta simultaneamente a lógica das necessidades básicas, a prudência ecológica e a governança local;

b) constitui um componente estratégico para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas;

c) estimula relações de complementaridade, num mesmo território, entre as diferentes atividades produtivas ou não, implementadas por organizações da sociedade civil, do Estado e da iniciativa privada;

d) entende e leva em conta as relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural e ambiental);

e) busca alcançar ao máximo possível a autonomia da população local em relação às oscilações dos sistemas estadual, nacional e internacional; f) não se reduz a uma simples justaposição de iniciativas locais, exigindo a criação e consolidação progressiva de um sistema de

planejamento e gestão realmente descentralizado, capaz de assegurar as integrações necessárias à articulação do desenvolvimento local com políticas, estratégias e ações geradas em outros níveis de organização econômica, social e política.

Para os fins desta pesquisa convém resgatar as contribuições de Colletis e Pacqueur (2004) sobre a noção de recursos específicos e suas implicações para a consolidação de uma modalidade de turismo alternativa.

3.5 O ENFOQUE DE ECODESENVOLVIMENTO

O ecodesenvolvimento é uma visão sistêmica das interações sociedade natureza nas fases de diagnóstico, intervenção e avaliação, onde na medida em que se torna decisivo, deve-se levar em conta um conjunto de aspectos (interdependentes), entre eles, sociais, econômicos, culturais e ambientais envolvidos nas relações de "co-evolução" entre sociedade e meio ambiente. Portanto é uma visão de mundo alternativa, onde o processo de desenvolvimento é a somatória de sistemas de valores e de percepções diferentes, as quais, relacionadas, criam uma nova ideologia sociopolítica (SACHS, 2001; VIEIRA, WEBER, 1997).

Segundo Sachs (2001), as participações efetivas dos atores sociais é o ponto marcante das estratégias do ecodesenvolvimento, é nelas que se identificam os eixos relativos à satisfação e harmonização das necessidades concretas, na valorização das potencialidades dos ecossistemas, com isso favorecendo a organização coletiva com vistas ao desenvolvimento dessas potencialidades, a partir de ações permanentes voltadas tanto para o local quanto para o global. Sendo assim, constitui-se um elemento para a recuperação de áreas econômica, social, política e ambientalmente marginalizadas e degradadas. Portanto, leva em conta as atividades produtivas e as suas relações complexas entre as diversas dimensões do processo de desenvolvimento (social, econômica, política, cultural, ambiental).

Dessa forma, busca a autonomia da população local, embora não se reduzindo apenas as iniciativas locais, mas incentivando a criação de um sistema de planejamento e gestão ampla. Aliando assim, a problemática relativa do nível local com a transformação progressiva das relações entre os atores econômicos, o Estado e a Sociedade Civil. (CAZELLA e VIEIRA, 2004).

O ecodesenvolvimento se reporta a uma forma alternativa de planejamento e gestão baseada na constatação de uma crise de dimensão global. Portanto, não levam em conta os custos sociais e ambientais de

longo prazo, que não favorece a problemática do meio ambiente no planejamento e na gestão, e que estimula a criação de visões distorcidas do meio ambiente entendido como fornecedor de recursos naturais e receptores de dejetos das atividades humanas (VIEIRA, 2006).

No campo da gestão, segundo Sachs (1986a), o desafio mais premente diz respeito à adoção de uma diretriz preventiva-proativa que esteja balizada por estratégias plurais, inventivas e ajustadas à diversidade do contexto sócio ecológico de cada localidade e em harmonia com as várias dimensões do processo de desenvolvimento regional e urbano.

Em síntese, os pressupostos normativos do ecodesenvolvimento incluem simultaneamente, segundo Sachs (1986b):

- a) a busca de satisfação das necessidades básicas das populações;
- b) a solidariedade com as gerações futuras;
- c) o critério de prudência ecológica, partindo do pressuposto do abandono dos padrões vigentes na relação predatória entre sociedade e natureza;
- d) o critério de equidade, que indica a necessidade de redirecionamento dos processos usuais de promoção do crescimento material, visando reduzir ao mínimo possível o abismo atual entre ricos e pobres;
- e) respeito à autonomia e à participação, ou seja, a promoção da participação popular efetiva nos processos de gestão do patrimônio natural, sem imposição exterior, levando em conta a diversidade dos contextos socioambientais propondo soluções específicas para cada situação e por último;
- f) a sustentabilidade econômica, ou seja, a busca de novos indicadores da atividade econômica que introduzam em seus cálculos os custos sociais e ambientais do desenvolvimento.

- 9 -

valoriza-se o conhecimento ecológico tradicional, que se baseiam em observações detalhadas da dinâmica do ambiente natural.

3.6 A PROBLEMÁTICA DO TURISMO EM MASSA

O turismo é produto simultâneo do ócio e do trabalho. É produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, mas restritas a poucos (CORIOLANO, 2006).

Conforme o mesmo autor, o turismo se tornou um novo setor da economia mundial e uma prática social a partir da segunda metade do século XX com o vertiginoso desenvolvimento das tecnologias, da divisão social e internacional do trabalho e da reivindicação dos trabalhadores por tempo livre. Desde então passa por transformações que acompanham as tendências da economia mundial.

A primeira delas ocorreu na Europa do pós-segunda guerra, principalmente no período que se estendeu de 1950 a 1970-75, caracterizado por um contexto econômico e social favorável ao seu desenvolvimento. A melhoria do nível de renda da população e a conquista das férias remuneradas por parte dos trabalhadores foram apropriadas pela sociedade de consumo através do fenômeno de expropriação do tempo livre, transformando o lazer em mercadoria e o tempo livre em tempo social (RODRIGUES, 1997).

O modelo de turismo deste período foi inspirado no modo de produção fordista, gerando produtos padronizados e simplificados. O maior exemplo desta tendência foi a concentração da atividade em polos turísticos, acessíveis a um grande número de pessoas e pouco individualizados. As principais consequências socioambientais foram: o desgaste de determinadas áreas turísticas em função da especulação imobiliária; o retorno econômico insignificante para as populações locais; a poluição visual e degradação dos ambientes turísticos devido ao aglomerado de construções; a falta de serviços urbanos adaptados ao elevado fluxo de pessoas; a deterioração dos recursos naturais e da paisagem (ARAÚJO; GELBCKE, 2008).

As constatações sobre a problemática ambiental foram reconhecidas por profissionais de diversas áreas, a discussão se estendeu entre a opinião pública pressionando tomadores de decisão e o setor econômico. Desta forma, no final da década de 1970, o setor turístico percebeu a difusão de um novo padrão de comportamento de consumo. O resultado foi a elaboração de novas estratégias voltadas para o atendimento personalizado, fornecimento de equipamentos e serviços especializados, proposta de espaços diferenciados, e comprometimento com as questões ambientais (ARAÚJO, 2008).

O discurso ambientalista reforçou a procura por espaços onde a natureza encontrava-se menos alterada, promovendo a fragmentação do turismo em várias modalidades: cultural, esportivo, de saúde, de aventura, rural, entre outros. Um ideário foi criado e culminou na formação de um discurso coletivo, muitos senão todos os operadores do turismo passaram a afirmar ser o turismo gerador de emprego e renda. Embora muitas comunidades venham se submetendo ao turismo

de massa, o qual na maioria das vezes não permite sequer ao turista dos roteiros (ARAÚJO, 2008).

Conforme o mesmo autor, embora o desenvolvimento do turismo responda, sobretudo às tendências do mercado, a literatura sobre o tema insiste em considerar que a atividade turística é um eficiente instrumento de desenvolvimento sustentável, capaz de dirimir as desigualdades regionais, criar novos postos de trabalho, gerar renda, integrar ao mercado de trabalho um contingente de baixa qualificação profissional, fixar o homem a sua região e proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural.

No entanto, a realidade vem demonstrando a ingenuidade desta concepção. São recorrentes os casos em que o desenvolvimento do turismo induziu sérios prejuízos socioambientais e culturais com poucas chances de serem revertidos no curto prazo. Isto ocorre porque o crescimento da demanda e a oferta de serviços turísticos acontecem em meio à ausência de um planejamento integrado e de longo prazo, os quais, somados à deficiência de fiscalização ambiental, vêm produzindo nas últimas décadas o fenômeno da "massificação do turismo". Longe de conservar o patrimônio sociocultural e ambiental, este estilo de desenvolvimento turístico tende à degradação do meio físico e à padronização cultural (ARAÚJO, 2008).

É preciso relativizar o discurso sobre o turismo e não superestimar seu potencial para o desenvolvimento entendido em sentido amplo. Ao contrário, existem casos onde serviu de estratégia para acumulação monetária em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais, transformou o espaço local em mercadoria global e acentuou os problemas socioambientais (ARAÚJO, 2008).

3.7 TURISMO ECOLÓGICO-COMUNITÁRIO - TEC

O turismo caracteriza-se como mais uma atividade produtiva no seio do capitalismo, é o resultado das práticas políticas, dos discursos hegemônicos e das ações de resistência da região onde se desenvolve, conforme já foi citado. Nesse sentido, o Turismo Ecológico-Comunitário que se trata aqui surge como uma alternativa ao turismo de massa, uma estratégia de sobrevivência e de entrada de grupos de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo. É uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a identidade cultural (ARAÚJO, 2008).

O fenômeno do turismo em nível global acompanha a dinâmica de exclusão social que se observa na maioria das regiões inseridas no processo de globalização. Mesmo que se saiba que a exclusão não é um fenômeno novo, intriga saber o porquê de sua forte presença nas últimas décadas e qual o papel desempenhado pelo turismo (SPOSATI, 2000 apud CORIOLANO, 2005).

Segundo Coriolano (2005), a produção dos serviços turísticos nesse contexto de dominação global é a grande questão que se deve procurar responder para entender e superar a atual situação do turismo massificado. O foco deste trabalho, o desenvolvimento do turismo ecológico-comunitário, é apenas uma fatia do mercado turístico global ainda não interessante ao conjunto majoritário do sistema, ou seja, um turismo como uma forma de resistência de parte da sociedade civil organizada que descobre estratégias de beneficiar-se economicamente a partir dele.

O turismo como atividade socioeconômica segue a lógica do capital na medida em que poucos se apropriam dos espaços e dos recursos contidos no espaço, ou seja, os atrativos (praias, dunas, cultura tradicional, artesanato local, etc.) transformados em mercadorias (ARAÚJO, 2008).

Segundo o mesmo autor, o lazer é entendido como uma invenção da sociedade de consumo, que forja necessidades humanas antes inexistentes. Essa dinâmica vem induzindo a desterritorialização e produzindo outras configurações geográficas. Regiões antes ocupadas por comunidades tradicionais passam a serem expropriadas para dar lugar às segundas residências, aos grandes resorts, às redes hoteleiras, aos restaurantes e demais equipamentos turísticos. No bojo da produção do espaço do turismo trava-se uma luta entre diferentes atores, subsumidos em duas categorias: incluídos e excluídos; os nativos que procuram defender suas propriedades, sua identidade cultural (bens de uso), em contraposição aos interesses dos empresários e agentes imobiliários, bem como do próprio Estado, os quais se interessam pelo valor de troca do espaço transformado em mercadoria.

Em suma, o turismo estendeu seu raio de ação às regiões subdesenvolvidas e às classes pobres, que passaram não a usufruir, mas a produzir serviços turísticos. As regiões que tiveram seu desenvolvimento pautado pelo turismo o fizeram em virtude dos atrativos para a demanda turística que alocaram seus investimentos e exploraram a força de trabalho mal qualificada e, por conseguinte, mal remunerada (ARAÚJO, 2008).

Decorrem disto muitos dos motivos dos conflitos inerentes à formação do espaço como mercadoria, pois se torna objeto das estratégias que visam impulsionar o capital. O valor de uso do espaço submete-se ao valor de troca criando contradições que se expressam em conflitos entre atores. O espaço do residente difere do espaço dos turistas e investidores. As regiões passam disputar a alocação de investimentos e empreendimentos para serem incluídas no sistema turístico global (CORIOLANO, 2006).

- - - - -
 - sobretudo se acompanhado de atributos naturais - que
 - - - - - -sujeita à especulação pelo valor
 de troca em detrimento do valor de uso, acirrando os conflitos e as lutas entre os atores interessados. Entendido como um negócio que visa lucro produz a massificação das culturas, atendendo as necessidades dos que vem de fora em detrimento dos que ali habitam, transferindo o valor do patrimônio cultural das populações locais para os turistas, enquanto objeto, prazer e desejo do olhar (CORIOLANO, 2006, IRVING, 2004).

A produção do espaço como mercadoria é singular em cada região, em função do conjunto de relações mais amplas envolvendo história, cultura, valores e costumes. Afere-se daí que cada região precisa encontrar suas soluções específicas (ARAÚJO, 2008).

Todavia, a riqueza do fenômeno do turismo está na diversidade de caminhos para a sua produção, nos conflitos que extrapola revelando a realidade da tensão entre os grupos sociais. É nesse nível que surge o
 - - - SP N 9 ?=B9 - - -
 interesses dos residentes, dos pequenos empreendimentos, da valorização e manutenção da identidade local; ele é conduzido por grupos alternativos que se organizam para a venda de novos produtos
 9 - 9 - - - - -
 global.

Essa realidade ainda insatisfatória contém em si uma modalidade de turismo alternativo, pois abre espaço para populações tradicionais se incluírem de maneira solidária no mercado turístico. Já existem experiências de turismo que privilegiam o lugar, que têm como finalidade o desenvolvimento e a valorização das pessoas, das microeconomias, fazendo do turismo uma estratégia de combate à pobreza e à precarização do trabalho, revelando assim novos indicadores de desenvolvimento humano (ARAÚJO, 2008).

Conforme o mesmo autor, a abordagem alternativa denominada turismo ecológico-comunitário (TEC) apresentada neste trabalho vale-se do conceito de território, na medida em que anseia o desenvolvimento

do turismo em certas regiões a partir de critérios e prioridades pautadas nos interesses das comunidades tradicionais; induzindo a construção de sistemas produtivos localizados através do fortalecimento de atividades como a agricultura familiar e a pesca artesanal. Ela contesta o discurso oficial que expressa concepções idealizadas dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do turismo, mascarando ou minimizando os impactos socioculturais e ambientais destes processos.

Experiências em todo o mundo desmistificam a afirmação de que benéfica na geração de emprego e renda e na preservação do patrimônio natural e cultural (IRVING, 2005).

Além disso, o enfoque de TEC contempla formas pouco usual de atividades turísticas que em geral escapam ao interesse do turismo/turista de massa, tais como as relacionadas à educação interior, terapias alternativas, pesquisa científica, entre outras (ARAÚJO, 2008).

A noção de turismo sustentável definida pela OMT (1995) diz respeito aquele ecologicamente sustentável, de longo prazo, economicamente viável, ético e socialmente equitativo para as comunidades locais; exige integração entre o ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil balanço que caracteriza muitas das destinações turísticas.

Todavia, tendo em vista a situação de exclusão de inúmeras comunidades onde o turismo se desenvolveu, faz-se necessário colocar maior peso nas características relacionadas à equidade, autonomia e participação. Segundo Irving (2005), projetos bem sucedidos de desenvolvimento em geral estão associados à participação da sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras; uma sociedade participativa é aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e uso fruto dos bens produzidos de maneira equitativa.

Coriolano (2005, pg. 282) define o turismo ecológico-comunitário como:

efetivo das atividades [sócio] econômicas associadas à exploração da atividade turística, desde o planejamento ao desenvolvimento e gestão

Sampaio (2006) propõe que o TEC siga os mesmos princípios da socioeconomia, que tenta criar alternativas à hegemonia da racionalidade utilitarista no campo da economia. Ou seja, o desenvolvimento desta estratégia alternativa de turismo não enseja somente o lucro, mas, na busca de sustentabilidade entendida em sentido

9 - - - - 9 9 - -
 economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e
 9 - - - - -5 9? = B6;
 A distribuição dos benefícios representa uma questão

O TEC deve se integrar às demais atividades econômicas, fortalecendo a agricultura, a pesca artesanal, artesanato, entre outras atividades produtivas, sempre priorizando aquelas que garantam a autonomia das populações autóctones, na medida em que asseguram a participação das comunidades com o planejamento descentralizado e com o desenvolvimento de uma política de turismo em bases locais (ARAÚJO, 2008).

O TEC possibilita a criação de um novo compromisso social entre os atores sociais de uma região, reestabelecendo o equilíbrio no poder das comunidades para influenciar nos processos de tomada de decisão, ofertando a elas o poder do desenvolvimento de sua localidade.

3.8 TURISMO RURAL COMO GERADOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

No turismo, a articulação local é a base fundamental para que se possa ter uma melhor convergência de interesses, que contemplem as reais necessidades da comunidade, motivando, dessa forma, que os atores da comunidade busquem o engajamento em torno da melhoria da qualidade de vida da população de determinado território (OLIVEIRA, 2005).

É nessa perspectiva que Oliveira (2005) afirma que o turismo rural destaca-se entre as atividades não-agrícolas, pelas características de envolvimento de mão-de obra familiar e pela possibilidade de agregação de valor aos produtos agropecuários.

Assim, segundo o autor, o turismo rural no contexto internacional, vem sendo considerado a atividade econômica que tem maior futuro como motor de desenvolvimento local de áreas rurais.

As experiências com êxito no Brasil e em outros países demonstram que a atividade turística no meio rural pode proporcionar:

pequenos negócios; Melhoria das condições de vida das famílias rurais; Interiorização do turismo; Difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; Diversificação da oferta turística; Diminuição do êxodo rural; Promoção de intercâmbio cultural; Conservação dos recursos naturais; Reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza; Geração de novas oportunidades de trabalho; Melhoramento da infraestrutura de transporte, comunicação, saneamento; Criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais; Melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis; Integração do campo com a cidade; Agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção; Promoção da imagem e revigoramento do interior; Integração das propriedades rurais, tanto sociais quanto de trabalho; Resgate da

6). - - -5 - - 9? =A9 ;B

A partir disso, pode-se perceber que o turismo rural tem se destacado devido a vários benefícios que este pode gerar para determinadas localidades:

explorado, pois tem capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural da região. Proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural. Caracteriza-se por uma gestão sustentável onde beneficia a população local que participa direta ou
- - - - -5 N 9
2003, p.5).

Segundo Blos (2005), entre os diversos benefícios gerados pela atividade turística estão a geração de empregos, investimentos em infraestrutura, impostos e aumento do PIB em diversos países. O autor também afirma que o turismo estimula investimentos em novas infraestruturas que acabem por beneficiar a população local, ao mesmo tempo que visam à recepção do turista.

Entre os efeitos positivos proporcionados pela atividade turística, está a criação de mercado para produtos agrícolas, a valorização das características naturais e culturais, a melhoria da infraestrutura para receber turistas e a geração de mercado para a absorção de mão-de-obra, tanto para atividades internas, quanto externas às propriedades rurais (FIALHO, 2003).

O turismo pode contribuir para o desenvolvimento local, não apenas no sentido econômico, mas também por seus efeitos culturais, social-psicológicos e ambientais, podendo ser para alguns uma fonte de riqueza e prosperidade, no sentido de propiciar contatos massivos e prolongados entre populações às vezes desiguais, podendo e devendo conduzir a um aprendizado mutuamente enriquecedor e desvanecedor de preconceitos (SOUZA, 1997).

Os aspectos positivos do turismo rural no Brasil foram amplamente difundidos a partir do final dos anos 1990, o que levou um número significativo de empreendedores a investir nesse segmento, muitas vezes sem o embasamento técnico necessário. A falta de planejamento e conhecimento especializado pode trazer efeitos negativos, relacionados à sobrecarga da estrutura rural pelo número elevado de visitantes e de veículos, problemas legais, degradação ambiental e descaracterização do meio e da própria atividade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

Porém, embora a literatura considere a sobrecarga da estrutura pelo elevado número de visitantes e veículos, um problema que pode ser prejudicial à área rural onde a atividade se encontra inserida, destaca-se que estas constatações não se apresentam muito coerentes, já que o turismo rural vem contrapor-se ao turismo de massas, modalidade que pode causar problemas deste tipo como já mencionado (FONTANA, 2005).

Contudo, influências negativas que o turismo rural pode trazer têm como principal alvo os pequenos produtores rurais, os quais possuem mais dificuldades em participar do negócio, devido às suas características financeiras restritas e a sua tradição agrícola, que dificulta a visão e a predisposição para o novo negócio (FIALHO, 2003).

Gonçalves (2006) ressalta também que diversos fatores dificultam o desenvolvimento do turismo, como as resistências locais ligadas à tradição ou à incerteza do novo. Dessa forma, a autora apresenta em seu trabalho uma sistematização do que pode servir de entrave para o desenvolvimento do turismo, como a infraestrutura, principalmente relativa às más condições das estradas, longas distâncias a serem percorridas ou poucas opções de transporte coletivo; acesso limitado ao capital financeiro, ao crédito facilitado ou a investimentos privados; baixa qualificação da mão-de-obra em geral; distância das redes de marketing; produção comercial pouco desenvolvida e distância dos principais mercados; dispersão dos produtos turísticos e baixa prioridade por parte dos governos.

Portanto, para minimizar os efeitos negativos e buscar uma maximização dos efeitos positivos gerados pelo turismo rural, é necessário que se leve em conta todos os fatores que constituem e simbolizam o espaço rural (PEDRON, 2007). Desta forma, para que o turismo rural venha a se tornar um instrumento para o desenvolvimento local, gerando aumento na oferta de emprego e consequente melhoria na qualidade de vida da população, é importante considerar o planejamento da atividade, o qual deve levar em conta aspectos como:

(...) respeito à capacidade de carga de espaço local que se refere aos aspectos físicos, biológicos, sociais e psicológicos; aplicação irrestrita da legislação ambiental; infraestrutura turística adequada ao ambiente e com aproveitamento de materiais locais nas construções bem como em harmonia com o ambiente e com a cultura local; genuína participação local no processo de planejamento, assim como na gestão e controle do desenvolvimento do turismo; programas educativos voltados à comunidade e aos turistas; análise da viabilidade econômica e social do desenvolvimento turístico; gestão dos impactos ambientais e

Na concepção de Pedron (2007), o planejamento do turismo rural deve passar por diversas etapas, iniciando pela escolha, por parte dos envolvidos, do que será planejado. Segundo a autora, essa escolha é desencadeada a partir de uma situação problema, seguida por um diagnóstico, a partir do qual são definidos os objetivos a serem alcançados. Definidos os objetivos, parte-se para a elaboração de alternativas de intervenções, através de planos, programas e projetos, e assim reúnem-se recursos humanos, financeiros e institucionais e parte-se para a execução do projeto. A última fase do planejamento é composta de uma avaliação dos resultados alcançados pelo projeto, para que desta forma sejam feitas adequações as dificuldades encontradas.

Infere-se, então, que, para que o turismo rural seja um agente do desenvolvimento local, é necessário um amplo planejamento, que, além de buscar as potencialidades locais, apresente-se como um processo contínuo, verificando e buscando soluções para as dificuldades encontradas durante o desenvolvimento da atividade e com a participação dos atores locais em todas as etapas do processo de planejamento, implementação e controle das ações de seu desenvolvimento. No entanto, o turismo rural, na maior parte das vezes é ainda uma atividade informal e ainda com pouco apoio por parte dos formuladores e implementadores de políticas públicas (FONTANA, 2005).

3.8.1 Comercialização de produtos locais e Turismo Rural

Como atividade econômica, o turismo tem sido visto como produtor de bens e serviços, que deve respeitar os limites físicos do espaço onde se desenvolve, assim como as questões psíquicas dos habitantes desse espaço e dos demais atores que participam da atividade. O turismo é um fenômeno que, em última análise, consiste numa constante migração temporária que gera riquezas, pois produz e consome produtos (CASTROGIOVANNI, 2002, p.62).

Assim, no turismo, para que a comercialização possa contribuir para o desenvolvimento local, é quase sempre necessário que os produtos sejam produzidos pela comunidade onde a atividade se desenvolve. E, para que os produtos tornem-se um atrativo a mais, sempre que possível é desejável que estes estejam ligados à cultura da comunidade, demonstrando a identidade do local onde a atividade turística encontra-se inserida (LINDNER, 2007).

Essa identidade local forma-se devido a fatores históricos do lugar e culturais de seus habitantes, como se cada lugar na superfície da Terra, dentro de sua individualidade, tivesse uma vocação (SILVA, 2001).

No turismo, os aspectos históricos e culturais como a arquitetura e a gastronomia tornam-se atrativos para os visitantes, na medida em que retratam o contexto local. Assim, segundo Santos (2004, p.251),

herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do

Essa imagem do lugar pode também estar representada nos produtos colocados à disposição dos turistas para a comercialização. Um determinado produto típico do local visitado traz ao consumidor a sensação de aproximação com o local, com a sua cultura e a sua história (SANTOS, 2004).

Atividades como essas possibilitam uma importante participação da população local, que, produzindo seus produtos e comercializando-os, encaixam-se de maneira adequada nas rotas turísticas, principalmente as voltadas para a gastronomia. Essas rotas gastronômicas, ou rotas alimentares configuram-se como caminhos que combinam a gastronomia regional com as belezas paisagísticas e atrativos históricos e culturais. Elas normalmente organizam-se em torno de um produto-chave, que as caracteriza e lhes dá nome. Essas rotas devem oferecer a quem as procura elementos como comida, produtos agroindustriais, atividades rurais, entretenimentos na natureza e atividades da cultura regional (RIVEROS; BLANCO, 2003).

Portanto, o turismo pode fazer com que ocorra a valorização econômica das produções, através da comercialização. De acordo com Cavaco (1995, p. 397):

9
 qualidade e especificidade, ávida de conhecimento das mesmas, que compra e consome, que pode e aceita pagar a diferença, que visita feiras e mercados, identifica produtos e marcas, alarga a procura dos mesmos noutros lugares (os de residência permanente) e noutras épocas (resto do ano, depois das férias), bem como os promove e divulga (gratuita e eficazmente) junto de familiares, amigos e colegas, nos cafés e restaurantes que frequenta ou nos

Tibério e Cristóvão (2005) ressaltam que os produtos agrícolas tradicionais são partes integrantes de uma política de desenvolvimento rural, principalmente em áreas pobres e periféricas, sendo desse modo incorporados elementos relativos à qualidade e à defesa do ambiente e

do patrimônio. No estudo realizado pelos autores, investigou-se a

garante o reconhecimento da tradicionalidade e especificidade das formas de produção, servindo também como uma estratégia de diversificação econômica e de conquista de mercados.

Desta maneira, a valorização do local pode ocorrer através da comercialização de produtos cultivados nas áreas de abrangência de empreendimentos turísticos, pois, além de servir para a valorização das tradições locais, também poderá beneficiar a população da região, mesmo aquelas que não estão envolvidas diretamente com a atividade turística. Essa população também poderá participar, disponibilizando seus produtos para a comercialização (LINDNER, 2007).

Outro aspecto a destacar e que se vincula à noção de desenvolvimento local é que o turismo também pode propiciar o contato direto do consumidor com o produtor, que consegue vender, além dos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, produtos in natura (frutas, ovos, verduras) ou beneficiados (compotas, queijos, artesanato). E, dessa forma, além de o turista obter melhor preço e qualidade dos produtos, o produtor poderá aumentar mais a sua renda (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

Segundo Cristóvão (2003, p. 57) *apud* Tibério *et al.* (2005, p. >EA69

apontado como um dos pilares essenciais de uma estratégia de valorização dos produtos agrícolas de pequena escala e como uma oportunidade para aumentar o valor acrescentado e a sua retenção

;-

A multiplicidade de inter-relações entre turismo e comércio são

;- comércio suporta o desenvolvimento turístico e é animado por ele, dos materiais de construção aos produtos alimentares, especialmente os da região, do artesanato e aos souvenirs mais ou

-5PN NP 9?—9 ;F=6 ;-N-

especificidade das produções locais justifica alguns fluxos de rotas turísticas temáticas, como se pode citar os casos das rotas gastronômicas.

9 -

local, através da demanda pelos produtos característicos da oferta turística, podendo este servir como um impulso para a valorização das produções locais, através da comercialização direta dos produtos em rotas turísticas rurais (LINDNER, 2007).

3.9 POTENCIALIDADES

Além disso, a maioria das regiões do estado acabou se especializando num setor industrial, em função do tecido cultural local, da base de recursos naturais disponíveis e dos mecanismos tradicionais de tomada de decisão dos produtores. Num segundo momento, a análise da experiência catarinense de desenvolvimento permite distinguir também a formação gradual, nos últimos anos, de uma densa rede de instituições (públicas e privadas) voltadas para a implementação de projetos de desenvolvimento territorial (CAZELLA, VIEIRA, 2004).

Conforme os mesmos autores, uma parcela significativa do espaço rural catarinense foi organizada com base em práticas agrícolas caracterizadas pela predominância de pequenas explorações familiares de policultura-pecuária e artesanato-domiciliar, nas quais a dimensão média dos lotes não ultrapassava trinta hectares. Os núcleos básicos oriundos de Açores e Madeira (Portugal) e São Vicente (São Paulo) desbravaram e colonizaram a orla marítima e os campos de Lages entre os séculos XVII e XVIII, impondo suas características culturais a grande parte da população.

Esse estilo de colonização favoreceu a formação de comunidades relativamente homogêneas do ponto de vista da organização sociocultural, compartilhando uma história e uma ética do trabalho marcado pela valorização da autonomia local, pelos laços familiares e pelas relações de ajuda mútua. Esse tecido social coesivo tem sido considerado, na literatura especializada, como um fator decisivo de resistência às crises cíclicas da economia. Além disso, a baixa intensidade das intervenções governamentais parece ter contribuído para reforçar a endogeneidade das dinâmicas de crescimento econômico (VIEIRA et al., 2009).

3.9.1 Potencialidades e obstáculos à criação de um sistema produtivo local agroecológico na zona costeira centro-sul

Segundo Cazella; Vieira (2004), o litoral brasileiro concentra não só a maior parte da população, mas também inúmeras atividades industriais e complexos portuários, energéticos e turísticos que contribuem com mais de 70% do Produto Interno Bruto. Um Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro foi instituído em 1988, com base na Política Nacional de Meio Ambiente e na Política Nacional para os Recursos do Mar. Expressando um importante compromisso com o desenvolvimento ecológico e socialmente sustentável do litoral,

fundamenta a operacionalização do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

O

e na adaptação às condições naturais e ao patrimônio cultural existente em cada contexto socioecológico.

Apesar da indução de programas sintonizados com uma ótica de territorialização das dinâmicas de desenvolvimento, os sistemas políticos municipais continuam carecendo de uma visão patrimonial dos recursos ambientais costeiros. A fragmentação de competências administrativas relacionadas à utilização produtiva desses recursos e o sucateamento progressivo das instituições públicas limitam drasticamente a eficácia das iniciativas de construção progressiva de uma rede de sistemas gestão integrada e participativa do patrimônio natural existente no litoral catarinense (CAZELLA; VIEIRA, 2004).

Na região do litoral centro-sul, Pecqueur (2001 apud Vieira et al., 2009) identificou um potencial bastante expressivo para a articulação de uma cesta de bens e serviços, da qual poderiam fazer parte: (1) unidades de produção agroecológica articuladas em rede e cooperativas de pesca e aquicultura sustentável, (2) uma rede de residências de pescadores-agricultores e pousadas de pequeno porte, alinhadas com uma visão crítica do turismo de massa e conveniadas com bares e restaurantes interessados em apoiar o desenvolvimento da agroecologia na área; (3) vários conselhos, associações comunitárias e organizações civis ambientalistas; e (4) uma expressiva rede de núcleos de pesquisa interdisciplinar sediados em instituições de ensino superior (UFSC, FURB, UNIVILLE, UNIVALI, UNISUL, UNESC).

4 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a construção deste trabalho foi uma pesquisa de campo de caráter qualitativo do tipo descritiva sobre a forma de pesquisa um estudo de caso. A pesquisa de campo de acordo com Lakatos e Marconi (2001, p.186),

Tem como finalidade objetivo conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema para qual se procura uma resposta, ou uma hipótese que tenha a necessidade de se comprovar ou então descobrir novos fenômenos ou relações entre eles.

Esta técnica consiste em observar fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, cabe ressaltar que este tipo de pesquisa não é apenas uma simples coleta de dados, pois exige do pesquisador controles adequados e objetivos preestabelecidos os quais descrevem suficientemente o que deve ser coletado (LAKATOS; MARCONI, 2001).

A pesquisa de campo é organizada por fases, a primeira fase da pesquisa consiste em realizar uma pesquisa bibliográfica, que tem como finalidade obter conhecimento e esclarecimento sobre o tema a ser pesquisado, a segunda fase visa estabelecer as técnicas que serão empregadas para a realização de coleta de dados e como será estabelecida a amostra da pesquisa, por último devem-se determinar quais as técnicas para registrar os dados e obtidos bem como a análise destes dados. A pesquisa que foi realizada para a construção deste trabalho é de caráter qualitativo, optou-se por esta característica de pesquisa, pois se envolveu grupos humanos e se observou e avaliou as experiências e oportunidades dentro do contexto do Desenvolvimento Territorial Sustentável - DTS no campo da pesquisa (MARTINS, THEÓPHILO, 2009).

Este tipo de pesquisa costuma ser direcionada ao longo do seu desenvolvimento, sendo seu foco de interesse amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos, dela se obtém dados descritivos mediante ao contato direto e interativo entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, é comum que o pesquisador procure entender através da perceptiva dos participantes da situação estudada e daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados (NEVES, 1996).

A pesquisa de caráter qualitativo é de grande aplicação no campo das relações institucionais, da comunidade entre atores sociais, distintamente posicionados no cenário social (ZIONI; SOUZA, 2005).

Com fundamento predominantemente interpretativo, a pesquisa de caráter qualitativo é voltada para o processo, visando à síntese, realizando descrições não controladas, observações naturais, cujo objetivo é entender compreender e também descrever os comportamentos.

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito uma interdependência viva entre o sujeito e objeto um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 2001, p.79).

O objetivo desta abordagem de pesquisa consiste em compreender específicas situações sociais que é um processo investigativo onde o pesquisador gradativamente irá compreender o sentido dos fatos analisados (CRESWELL, 2007).

Cabe ressaltar que em pesquisa qualitativa o pesquisador é parte integrante do processo, fazer parte do processo consiste em ultrapassar as aparências e alcançar a essência dos fenômenos interpretando-os e dando-lhes um significado, de um modo geral o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais (CHIZZOTTI, 2001).

O sucesso das pesquisas que envolvem grupos humanos conta com um ponto de grande importância a familiaridade entre o pesquisador e grupo a ser pesquisado. Observar as práticas cotidianas através da convivência permite que o pesquisador compreenda a essência da origem de conceitos e conflitos existentes no grupo estudo, pois muitas vezes estes conflitos existentes podem interferir no saberes práticos do dia a dia.

Por ser uma pesquisa que se observa, registra e analisa os fatos ocorridos em um determinado local, escolheu-se uma pesquisa do tipo descritiva. Este tipo de pesquisa avalia os fatos sem manipulá-los buscando conhecer diversas situações, trabalhando com dados colhidos da própria realidade (CERVO; BERVIAN, 2002).

Pesquisas do tipo descritivas consistem em descrever, esclarecer e avaliar fatos e fenômenos. Pesquisas desta natureza selecionam-se uma série de questões e medem ou coletam informações sobre estas questões, para desta forma descrever o que se pesquisa (SAMPIERI; CALLADO; LUCIO, 2006).

O estudo de caso é uma possibilidade oferecida na pesquisa qualitativa, este é uma análise profunda de uma unidade de estudo, visando um exame detalhado de um ambiente, sujeito ou de uma situação particular, é uma modalidade muito utilizada para aqueles que

procuram saber como e por que certos fenômenos acontecem ou dos que se dedicam a analisar eventos sobre os quais a possibilidade de controle é reduzida ou ainda quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico (NEVES, 1996).

A finalidade do estudo de caso consiste em estudar uma unidade social que se analisa profunda e intensamente, possibilitando penetrar na realidade social do ambiente pesquisado (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Para Martins e Theóphilo (2009) na formulação de um estudo de caso os procedimentos para realização da pesquisa não possuem uma rotina pré-estabelecida exigindo desta forma do pesquisador uma maior habilidade e atenção, pois se faz necessário controlar os desvios e diferenças que surgem ao longo da pesquisa e em grandes quantidades.

O estudo de caso em foco nesse trabalho, portanto, refere-se à comunidade do Distrito de Ribeirão Pequeno, Laguna-SC, e investigou um conjunto de vínculos e relações existentes em seu sistema natural e sociocultural. Também consistiu num estudo em que os problemas são analisados como naturalmente ocorrem no ambiente, isto é, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

4.1 UNIDADE DA PESQUISA

A unidade da pesquisa é o Distrito de Ribeirão Pequeno, município de Laguna, situado no litoral sul de Santa Catarina. A comunidade é composta de aproximadamente 1.739 habitantes, segundo dados do IBGE (2010) cujas origens étnicas predominantes são as de descendência açoriana e forte influência indígena.

O Distrito é formado pelas comunidades, Morro Grande, Figueira, Ponta Daniel, Parobé, Ribeirão Pequeno, Ribeirão Grande e Madre.

O distrito está situado a 11 km da BR-101 e a 22 km do centro histórico de Laguna, seguindo o contorno do morro e margeando a Lagoa Santo Antônio dos Anjos até a comunidade da Madre. Foi fundado por açorianos e no início era chamado de São Brás, seu primeiro padroeiro. O nome Ribeirão Pequeno refere-se a uma cachoeira que atravessa a comunidade e desemboca no rio do Ribeirão, um afluente do Rio Tubarão, ligado a Lagoa Santo Antônio dos Anjos (REBELO, 2006).

O que difere o distrito dos outros de Laguna é a pesca, que é de lagoa, mar manso, a cultura açoriana é muito bem preservada e a cidade é considerada um celeiro. Isso se deve, pois apenas em 1960 uma

pelo acordo que ficou conhecido como Tratado de Tordesilhas. O Tratado de Tordesilhas trata de uma linha imaginária que passaria a 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde.

Esta linha imaginária que cortava o planeta de norte a sul, nos dias de hoje, passaria pelas cidades de Belém no Pará e em Laguna, no Brasil.

Diante da contenda, o rei de Portugal decidiu povoar o litoral sul a partir desses portos. Assim, oficialmente, é atribuída a fundação de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco do Sul, em 1658, por Manoel Lourenço de Andrade; Nossa Senhor do Desterro, em 1672, por Francisco Dias Velho; e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, em 1684, pelo bandeirante Domingos de Brito Peixoto.

Com Domingos de Brito Peixoto várias famílias vicentinas vieram e fixaram moradia em Laguna, certamente disputando a terra com moradores indígenas e alguns brancos que aqui já moravam.

Desses povoados emigraram para onde hoje é o Distrito de Ribeirão Pequeno, nas comunidades de Ribeirão Pequeno, Parobé e Figueira, e daí para Ribeirão Grande e Morro Grande.

Os açorianos não conheciam a farinha de mandioca. A base alimentícia deles nos Açores era a farinha de trigo. Tentaram plantar trigo, mas o solo arenoso impediu o desenvolvimento dessa cultura. Tiveram então de plantar farinha de mandioca que já era conhecida pelos índios no litoral catarinense. Logo, os açorianos estavam cultivando, beneficiando e consumindo vários alimentos a partir da farinha de mandioca.

As terras também foram habitadas por Poloneses, alemães e italianos. A presença de descendentes poloneses se evidencia mais nas comunidades de Ribeirão Pequeno, Ribeirão Grande e Madre. A presença de descendentes alemães se evidencia mais na Figueira e na Madre. Já na comunidade de Parobé vieram famílias italianas. O que os atraiu em Parobé foi as cachoeiras e as terras que, segundo eles, eram boas.

4.1.2 Localização

A área do presente estudo localiza-se no município de Laguna
 5?E-?? - - -AE-AA- 69 - - - - - - - -5?E-?F -
 = - - -AE-B - =D - 65 - >69 - - - - - - - -
 Cachoeiras, tributário do rio Sambaqui, o qual integra a bacia hidrográfica do rio Tubarão. Os solos apresentam-se suscetíveis à erosão com boa drenagem e fluxo hídrico intenso localizando-se em relevos de

fortemente ondulados a íngremes, apresentando limitações para o uso agrícola (CIRAM, 2001).

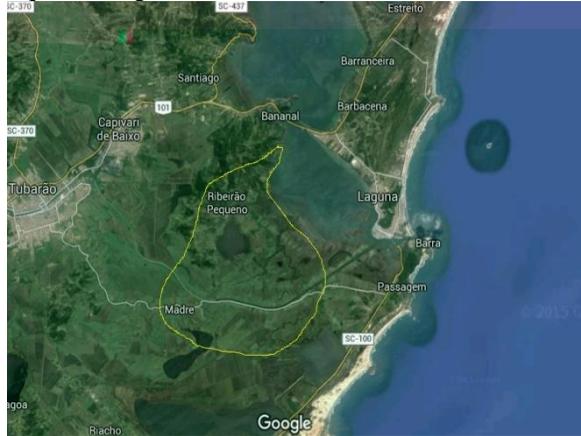
Apesar das condições topográficas desfavoráveis estas comunidades, estabeleceram-se às margens do rio, tendo como base econômica a agricultura de subsistência com o cultivo de cana-de-açúcar, para a produção artesanal de cachaça, plantação de mandioca para a produção de farinha, cultivo de bananas, cafeeiros e pastagens para a criação de gado. Além destas, é desenvolvida ainda a pesca artesanal (REBELO, 2006).

As atividades agrícolas desenvolveram-se por meio de uso e ocupação do solo de forma desordenada, principalmente nas margens do rio, encostas íngremes, entorno de nascentes e topos de morros, sem um planejamento adequado com substituição da cobertura vegetal original em sua maior parte por pastagens e culturas cíclicas, predominando a inserção de espécies de gramíneas do gênero *Brachiaria spp.*, como alternativa, para o aumento da produtividade da pastagem para o gado.

Desta forma a vegetação ciliar localizada nas margens do rio, no entorno das nascentes e topos de morros, aos pouco foi sendo alterada, modificada e fragmentada, trazendo como consequência imediata, a diminuição no volume de água no rio, contribuindo para a escassez, principalmente em longos períodos de estiagem.

A microbacia do rio Três Cachoeiras apresenta fisionomia vegetal caracterizada pelas formações vegetais Pioneiras de Influência Flúvio Marinha e Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas, junto à desembocadura do rio Sambaqui e; pela Floresta Ombrófila Densa Submontana junto às encostas, em altitudes superiores a 30 metros.

Figura 1 - Localização da área de estudo, Distrito de Ribeirão Pequeno, Laguna, SC.



Fonte: Google Earth (2015)

4.1.3 Clima, vegetação e hidrografia

O clima da região de Laguna, segundo a classificação Köppen (1948) enquadra-se no tipo Cfa (subtropical mesotérmico úmido e sem estação seca). Devido à proximidade com o mar, não ocorrem geadas, tornando as temperaturas positivas. A precipitação média anual é de 1.511,1 mm, sendo que os maiores índices pluviométricos são registrados no mês de janeiro (191,5 mm) e os menores no mês de julho (82 mm). As temperaturas médias anuais giram em torno de 24,6 °C (fevereiro) a 16,4 °C (julho), ocorrendo extremas de 36,8 °C (Janeiro) e 0,0 °C (julho). Ocorrem ao longo de todo o ano ventos frequentes de direção nordeste, com maior intensidade nos meses de agosto a novembro (CIRAM, 2001).

A hidrografia da região é caracterizada pela presença de rios encachoeirados e de planície, os quais desembocam diretamente no mar ou em lagoas que têm contato com o mar (ANDERSEN, 1986). O Distrito de Ribeirão Pequeno é drenado pelo rio Três Cachoeiras, tributário do rio Sambaqui, os quais pertencem à Bacia Hidrográfica do rio Tubarão. O rio Três Cachoeiras nasce nas encostas do Morro dos Mendes em cotas médias de 200 m de altitude e percorre a extensão de aproximadamente 3 km até ligar-se ao rio Sambaqui na cota de 3 m (REBELO, 2006).

Na região Sul do Brasil a vegetação é caracterizada pela posição geográfica, devido à variedade de tipos de relevos, complexidade de formações geológicas, imprimindo uma fisionomia peculiar que exerce influência diretamente no clima e na diversidade vegetal (LEITE; KLEIN, 1990).

Fitogeograficamente, Santa Catarina é coberto por: Floresta Ombrófila Densa; Floresta Ombrófila Mista; Floresta Estacional Decidual; Savana; Vegetação Pioneira de Influência Fluvio-Marinha e Marinha constituída por Mangue e Restingas (SCHÄFFER; PROCHNOW, 2002). Na região de Laguna predominam as Formações Florestais Pioneiras, Matas de Restinga, Vegetação de Banhados, Marismas e Manguezais. Ocorrem ainda, a Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e a Floresta Ombrófila Densa Submontana (VELOSO; GOEZ-FILHO 1982; TEIXEIRA *et al.*, 1986).

4.1.4 Economia, Educação e Turismo

Os dados obtidos para a Economia e Educação do Distrito de Ribeirão Pequeno são baseados no livro de Laércio Vitorino de Jesus Oliveira, organizador do livro **Memória: Um patrimônio irrenunciável Comunidades do Distrito de Ribeirão Pequeno da Laguna** (2010).

A comunidade do distrito de Ribeirão Pequeno durante o século XX é principalmente da agricultura, da pesca e dos engenhos de farinha e cana-de-açúcar. O que sempre predominou foi o trabalho familiar e artesanal em pequenas propriedades. Plantava-se de tudo: café, mandioca para fazer farinha e seus derivados, cana-de-açúcar para fazer
 9 9 - 9 9 -doce, milho, feijão
 , banana, etc.

Havia dezenas de engenhos de farinha de mandioca espalhados na comunidade, hoje restam poucos. A farinha de mandioca era a base de toda a alimentação dessa região. Muitas famílias não tinham o seu próprio engenho, por essa razão fazia parte da cultura permitir que outras pessoas também usassem os seus engenhos através de vários pagamentos: uns não cobravam nada, outros arrendavam o engenho, outros através da terça, ou seja, uma terça parte da farinha produzida ficava com o dono do engenho, outros cobravam em serviço.

Este tipo de cooperação entre as famílias das comunidades se mantém até hoje. Existem ainda no Distrito alguns engenhos típicos, que são manuais e usam ajuda animal para produção da farinha.

O uso da cachaça também faz parte da cultura do povo do Distrito. Os alambiques estavam presentes por todos os caminhos da comunidade. A cachaça era uma forma de renda para muitas famílias. Hoje no distrito ainda prevalecem alguns alambiques, e a cachaça do Ribeirão Pequeno é muito famosa em todo município de Laguna.

Hoje a pecuária desenvolvida no distrito é extensiva, ou seja, o gado é criado solto, sem maiores cuidados.

É raro hoje no distrito, roças de mandioca, de feijão, de milho; estas roças foram substituídas por pastos para criação de gado, principalmente de corte.

A pesca foi e ainda é uma atividade econômica de suma importância para a comunidade. Pode-se chamar essa região de

atividade tem diminuído por uma série de problemas.

As lavadeiras, uma atividade que teve toda sua importância durante muitos anos entre as comunidades de Ribeirão Pequeno, e, em especial na comunidade de Ribeirão Pequeno, ainda resiste na

renda familiar. As roupas são lavadas para famílias tradicionais do centro da cidade de Laguna, que ainda creem que a roupa lavada em água corrente fica mais limpa. Nos sábados buscam as roupas na cidade, nas segundas começa a lavação. Sendo ainda uma atividade passada de mãe para filha.

A comunidade de Ribeirão Grande é reconhecida como a terra das verduras nas canoas, depois por ônibus e hoje toda sexta-feira um caminhão da prefeitura é cedido para busca-los na comunidade e vender no centro da cidade. Mas a atividade tem enfraquecido a cada ano, pois os mais jovens tem se interessado cada vez menos pelas lavouras.

Com relação a educação do Distrito, na comunidade da Madre havia uma escola que foi fechada em 2000 por falta de alunos, que tinha

No Ribeirão Grande aconteceu o mesmo, havia uma escola com o foi desativada nos anos 90 por falta de alunos.

A escolaridade em Ribeirão Pequeno surgiu em 1916, numa escola improvisada localizada no centro da comunidade. O prédio era uma casa de madeira, com um telhado de palha. O prédio foi destruído pelo fogo. Uma nova escola foi construída e hoje

local, onde se identificaram as atividades econômicas, históricas e sociais bem como identificaram a participação da comunidade nos espaços públicos que tratam das políticas sociais.

As fontes de estudo também consistiram em participações ativas em reuniões e capacitações onde o SENAR em parceria com a EPAGRI, realizou a capacitação de um grupo local com vistas ao desenvolvimento do turismo rural na região do Distrito de Ribeirão Pequeno.

O curso em parceria da EPAGRI e SENAR ocorreu ao longo de 2015, onde foram convidados integrantes da comunidade do Distrito de Ribeirão Pequeno para se capacitarem quanto a implantação de Turismo Rural no local.

Diante do conhecimento da viabilidade e do potencial local em transformar e desenvolver o distrito para o Turismo Rural com base ecológica-comunitária, a EPAGRI local, do município de Laguna, em parceria com o SENAR, ofertaram cursos para a comunidade, onde foram oferecidos capacitação sobre os temas Pousadas, Artesanatos, Restaurantes, Doces e Geleias, Trilhas Ecológicas e Turismo Rural em geral, abordando conceitos e concepções sobre o tema.

Os cursos ofertados fazem parte de um projeto do SENAR, onde o mesmo é oferecido em diversas comunidades em Santa Catarina, comunidades estas que tem potencial e interesse em desenvolver o turismo rural local.

Para cada tema abordado, foi entregue um material, no formato cartilha, para cada participante. Os cursos ocorreram aproximadamente uma vez ao mês, aonde uma técnica do SENAR veio até a comunidade para explanar sobre os conceitos relacionados aos temas dos cursos, no período de dois dias por mês, em dias de semana.

As coletas de dados durante as participações nos cursos e em reuniões serviram como base para avaliar a comunidade local, bem como identificar o perfil dos participantes. Eram durante os cursos e nos intervalos que ocorreram as entrevistas e as conversas informais com estes atores sociais, que permitiram levantar os dados necessários para a pesquisa.

Além das conversas informais, a observação do grupo por parte do pesquisador foi de grande valia, onde se pode avaliar e caracterizar os sujeitos da pesquisa.

Outra técnica empregada para coleta de dados foi através das visitas no local de estudo, foi a observação participante que permitiu ao pesquisador conviver com a realidade do ambiente estudado, fornecendo desta forma uma maior base de conhecimento para a construção do trabalho.

De um modo geral a observação é uma técnica de coleta de dados que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade, é um elemento básico de investigação científica, ela auxilia o pesquisador identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento, por sua vez obriga o investigador ter um contato mais direto com a realidade (LAKATOS; MARCONI, 2001).

A fonte primária de observação participante conforme descrito por Eckert e Rocha (2008 apud PIEVE; KUBO; SOUZA, 2009) é a observação direta do pesquisador com o objeto a ser estudado, é uma técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e representações coletivas da vida humana. O pesquisador ao participar do dia a dia dos atores envolvidos adquire embasamento que permite que este compreenda através das experiências vividas um entendimento das situações e dificuldades e como o grupo pesquisado reage às situações.

Neste tipo de observação o pesquisador vive intensamente o cotidiano do pesquisado, participa e também interage com as situações vividas pelos atores e entrevistados.

Para Lakatos e Marconi (2001) a observação participante é participação real entre o pesquisador e o grupo pesquisado neste contexto o pesquisador confunde-se com ele, se tornando tão próximo quanto um membro do grupo que está se pesquisando, participando das atividades de rotina do grupo.

Além destes instrumentos formais para realização da pesquisa foi elaborado um diário de campo com anotações que o pesquisador considerou pertinente registrar. Neste diário de campo foram registrados os momentos de interação informal entre o pesquisador e o entrevistado, e entre o pesquisador e população local. Estes momentos foram de extrema relevância para que o pesquisador pudesse conhecer mais profundamente o seu objeto de pesquisa.

Nestas conversas, foram abordados temas do cotidiano, dificuldades e muitas suas incertezas em relação à atividade que desenvolvem e que venham a desenvolver, bem como as alegrias de estar ganhando espaços e incentivos para mostrarem o potencial da região.

Para o registro das observações realizadas, a técnica do diário de campo que é uma ferramenta que permite ao pesquisador tomar nota das situações que este vivencia no seu período de pesquisa, bem como registra o seu convívio com o ambiente pesquisado e permite que o pesquisador registre cada experiência vivida, cada detalhe percebido,

conversas informais as quais podem obter informações relevantes para sua pesquisa, nome de plantas, animais registros fotográficos enfim elementos que podem tornar o trabalho mais enriquecedor (PIEVE; KUBO; SOUZA, 2009).

A coleta de dados também foi obtida através de fontes secundárias que contaram com um levantamento bibliográfico a respeito do tema de pesquisa abordado. Além disso, foi levantada uma análise documental, está por sua vez contou com sites informativos, informações das associações locais.

A pesquisa bibliográfica é a base para explicar e discutir um assunto, tema ou problema com bases em referências já publicadas, estas referências contam com livros, artigos, revistas entre outros, sendo parte indispensável de qualquer trabalho científico visando à construção de uma plataforma teórica (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Para Lakatos e Marconi (2001) a finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou até filmado sobre determinado assunto. Diante disso a pesquisa bibliográfica não se torna uma mera repetição do que já dito ou também escrito ela propicia exame de um tema sob um novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

A análise documental é técnica de coleta de dados que se restringe a apenas documentos, escritos ou não, esta coleta de dados pode ser obtida no momento em que o fato e ou fenômeno ocorre ou não (MARCONO; LAKATOS, 2008).

Analisar documentos é parte integrante de qualquer pesquisa sistemática esta precede ou também acompanha trabalhos realizados em campo. Um objetivo da pesquisa documental visa responder as necessidades e objetivos de uma investigação, possuindo muitas vezes um aspecto dominante em trabalhos onde se deve traçar uma evolução histórica do problema (CHIZZOTTI, 2001).

Segundo Martins e Theóphilo (2009), em pesquisas documentais não se levantam materiais publicados, faz-se o levantamento de cartas, memorandos, relatórios, atas de reuniões entre outros é fonte indispensável no desenvolvimento de um estudo de caso, este tipo de pesquisa é uma fonte de dados e informações auxiliares na qual subsidia o um melhor entendimento de achados e também de evidências.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

4.3.1 Comunidade Local

Os sujeitos da pesquisa da comunidade local são 10 (dez) moradores, pertencentes ao distrito de Ribeirão Pequeno. Essas pessoas estão envolvidas diretamente na discussão do desenvolvimento, turismo, meio ambiente e da sustentabilidade local.

A escolha dessas pessoas aconteceu no decorrer de várias reuniões na comunidade bem como participações ativas em cursos ofertados. Percebeu-se que estes sujeitos, eram os que demonstraram interesse, o amor e o carinho pela comunidade, bem como, a disponibilidade de participação nas reuniões e nos cursos. Estes fatores foram os critérios para selecioná-los como sujeitos da pesquisa.

Para melhor conhecer esse grupo, entrevistaram-se por meio de conversas informais, individuais e em grupo, buscando levantar os dados necessários para a pesquisa através de anotações no diário de campo, que seguiu um roteiro, que se encontra no APÊNDICE A. O roteiro serviu apenas para guiar as conversas, sendo que as pessoas envolvidas não foram submetidas a um processo com um questionário fechado, com respostas objetivas, e sim por meio de conversas que serviu para nortear as perguntas.

Através dos dados coletados, obteve-se uma grande contribuição para avaliar o grau de ligação com o meio em que vivem, bem como as perspectivas quanto ao desenvolvimento da comunidade local com vistas ao turismo ecológico-comunitário.

4.3.2 Turistas

Os sujeitos da pesquisa selecionados para analisar o perfil dos turistas foram aproximadamente 40 (quarenta) pessoas que visitaram a região do distrito de Ribeirão Pequeno no período em estudo.

No trabalho realizado, as aplicações dos questionários através das entrevistas semiestruturadas, foram realizadas durante as Feiras de Produtos Coloniais e Artesanais, que ocorreram na comunidade de Parobé, pertencente ao Distrito.

Vale ressaltar que o local de pesquisa foi estratégico, pelo fato de a Feira estar localizada ao lado de um restaurante muito conhecido na comunidade, o que atrai turistas de diversos locais.

O questionário aplicado (ANEXO A) foi construído pela comunidade com intermediação do pesquisador juntamente com os mediadores dos cursos, como é o caso da EPAGRI e do SENAR.

O questionário foi construído de forma coletiva com a comunidade, onde o principal objetivo foi traçar o perfil destes turistas, para saber os interesses pela comunidade, bem como as perspectivas e potenciais de desenvolvimento local na visão do turista e baseada nos dados coletados.

O conjunto de questionamentos serviu apenas para orientar o entrevistador e o turista, sendo que consistiu em uma conversa informal, tendo a liberdade de expor opiniões e argumentações.

Vale ressaltar que nas entrevistas semiestruturadas as respostas são mais extensas e complexas, e permitem que o entrevistado explique de maneira bastante opinativa e argumentativa seus pensamentos. As respostas por serem abertas também facilitam que o entrevistado navegue em outros tópicos dos assuntos que ele por ventura ache importante.

Através dos dados coletados, obteve-se uma grande contribuição para avaliar o grau de ligação dos turistas com o Distrito de Ribeirão Pequeno, bem como as perspectivas quanto ao desenvolvimento da comunidade local com vistas ao turismo, e a oportunidade de desenvolvimento de outras atividades locais.

4.4 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Os dados foram analisados e interpretados a partir das informações coletados por meio das entrevistas semiestruturadas, conversas informais, visitas a área de estudo, participações em reuniões e nos cursos, análise de referências bibliográficas e das observações participantes registradas no diário de campo.

Conforme descrito por Martins e Théóphilo (2009) os dados em uma pesquisa de caráter qualitativo são analisados à medida que são coletados. Neste tipo de pesquisa a avaliação dos dados obtidos consiste em subdividir a massa de dados em unidades menores, e em sequência reagrupar em categorias que se relacionem entre si, desta forma ressaltam-se padrões, temas e conceitos. Sendo assim, a compilação dos dados coletados em campo, foram organizados através de categorias para facilitar sua análise e interpretação.

Do mesmo modo, foi relacionado a anotações do diário de campo, com o que foi registrado durante as reuniões com a comunidade e durante os cursos de capacitação, bem como os registros fotográficos. Com a consolidação e análise dos dados obtidos na etapa primária da

pesquisa, tem-se como intuito contribuir para a produção de conhecimentos sobre experiências de desenvolvimento territorial sustentável associado ao turismo ecológico-comunitário.

Espera-se com a consolidação e interpretação os dados, e a conclusão da pesquisa, possam ser produzidos novos conhecimentos de maneira a subsidiar e fortalecer os processos de elaboração e execução de políticas públicas, de forma integrada e participativa, buscando por meio da sistematização das experiências estudadas alternativas sustentáveis em todas as suas dimensões.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 ANÁLISE DO PERFIL DOS MORADORES LOCAIS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL

A análise dos moradores foi traçada através das participações nas reuniões da comunidade (Figura 2), observações, entrevistas por meio de conversas informais com moradores locais e nos cursos de capacitação sobre Turismo Rural ofertado pelo SENAR em parceria com a EPAGRI (Figura 3).

Figura 2 Coleta de dados em reuniões da comunidade



Fonte: Autor (2015).

Figura 3 Atores sociais participantes dos cursos



Fonte: Autor (2015).

Quanto ao perfil dos sujeitos desta pesquisa, as tabelas que seguem apresentam as características do grupo, relativas ao sexo, idade, nível de escolaridade e profissão. Os dados das tabelas 1, 2, 3 e 4 foram obtidos por meio de entrevistas através de conversas informais, anotadas no diário de campo.

Como se pode observar na Tabela 1, constata-se que 20% (vinte por cento) dos pesquisados são do sexo masculino e 80% (oitenta por cento) são do sexo feminino.

Tabela 1 - Caracterização dos moradores segundo sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	2	20%
Feminino	8	80%
TOTAL	10	100%

Fonte: Autor (2015)

Percebem-se pela Tabela 1, que a maioria dos participantes eram mulheres, justamente pelo fato dos cursos serem realizados dois dias consecutivos e ocorriam durante dias de semana, e os homens, na maioria, trabalhavam em outras atividades fora do distrito não podendo participar efetivamente.

As mulheres participantes eram representantes locais no distrito, sendo que já desenvolviam algumas atividades locais, como venda de produtos locais e artesanatos para a própria comunidade, participarem de

grupo de mães, coral da igreja, e na produção de farinha de mandioca de forma coletiva.

Observa-se pela Tabela 2, que 90% (noventa por cento) dos participantes têm idade entre 40 (trinta) e 60 (sessenta) anos.

Tabela 2 - Caracterização do grupo por idade

Idade	Quantidade	%
10-20	0	0
20-30	1	10%
30-40	0	0
40-50	2	20%
50-60	7	70%
TOTAL	10	100%

Fonte: Autor (2015)

Quanto ao grau de escolaridade, pode-se constatar na Tabela 3 que o grupo chama a atenção, uma vez que 100% (cem por cento) são alfabetizados e 20% (vinte por cento) concluiu o ensino superior.

Tabela 3 - Caracterização segundo o nível de escolaridade

Escolaridade	Quantidade	%
Ensino fundamental	3	30%
Ensino médio	5	50%
Ensino superior	2	20%
Sem estudo	0	0
TOTAL	10	100%

Fonte: Autor (2015)

Quanto à profissão, a Tabela 4 demonstra que 30% (trinta por cento), são donas de casa, seguido por 30% (trinta por cento) aposentados.

Tabela 4 - Caracterização do grupo quanto à profissão

Profissão	Quantidade	%
Aposentado	3	30%
Faxineira	1	10%
Professor	1	10%
Estudante	1	10%
Comerciante	1	10%
Dona de casa	3	30%
TOTAL	10	100%

Fonte: Autor (2015)

Por serem donas de casa e aposentadas a maioria das mulheres, a fonte principal de renda destas na comunidade é a comercialização dos produtos locais na própria comunidade, como bolos, bolachas e artesanatos em geral.

Referente ao tempo de residência no local, o grupo, em quase sua totalidade, sempre morou no distrito de Ribeirão Pequeno. O tempo em que os sujeitos se afastaram da comunidade deve-se a busca por outras oportunidades, outros empregos, mas que depois retornaram ao local.

Nas indagações sobre o porquê de morar no Distrito de Ribeirão Pequeno, foram relacionadas como importantes às amizades, o amor, a tranquilidade, a segurança e a esperança de um dia a região ser reconhecida pelo seu potencial na área do turismo.

Com o objetivo de capacitar a população local, no que diz respeito ao Turismo Rural, já que a comunidade acreditava ter grande potencial, como já citado anteriormente foram ofertados os cursos pela EPAGRI em parceria com o SENAR.

A ideia inicial de oferta dos cursos foi da EPAGRI local e do SENAR, que era trazer conhecimento a comunidade e tentar despertar uma fonte de renda para os mesmos, já que se percebia o grande potencial em termos paisagístico local, mas carecia de uma iniciativa local por parte da comunidade envolvida. A motivação para participarem surgiu através de exemplos de outras regiões que vem dando certo o Turismo Rural de forma ecológica-comunitária, como é o caso de Santa Rosa de Lima, SC.

Os temas dos cursos seguiam um cronograma voltado ao turismo rural proposto à comunidade, onde os mesmos opinavam em relação aos cursos dentro da linha de turismo ao qual tinham mais interesses, e que se adequavam dentro da realidade da comunidade.

Vale ressaltar que o grupo tinha um pouco de dificuldade em se organizar no início, e a EPAGRI teve o papel de contribuir no planejamento dos cursos, como compra de alimentos, organização, além de fazer o contato com todos os participantes na divulgação dos cursos, como datas e horários das reuniões e encontros.

No início dos cursos o número de participantes era em torno de 20 (vinte) pessoas, sendo a maioria mulheres, que se dedicavam ao longo de dois dias consecutivos para participarem e ouvirem sobre os assuntos ministrados.

Todos os cursos de capacitação foram realizados na própria comunidade, onde alguns aconteceram na Escola Gregório Manoel de Bem, no Salão Paroquial da Igreja da comunidade de Ribeirão Pequeno e também na casa dos próprios moradores participantes, como no Engenho de Farinha da casa do Senhor José, como pode ser visto na Figura 4 e 5.

Figura 4 Capacitação ocorrida no Engenho do Sr. José



Fonte: Autor (2015)

Figura 5 Data-show exposto na prensa do engenho.



Fonte: Autor (2015)

Vale ressaltar ainda que os cursos eram totalmente gratuitos, onde todos receberam alimentação, que eram oferecidos na casa dos moradores (Figura 6) e subsidiados pelo SENAR, sendo que no final dos cursos os participantes receberam um diploma de participação.

Figura 6 Almoço realizado na casa dos moradores



Fonte: Autor (2015)

Ao decorrer dos cursos, percebeu-se também a desmotivação de alguns integrantes do grupo chegando até a desistência, pois os cursos

eram muito teóricos, que exigia que os participantes ouvissem mais do que explanasse sobre a prática, além da carga horária bastante extensa.

Apesar de no início ter um número maior de participantes, sempre havia uma motivação por parte dos demais participantes em motivar os que queriam desistir para que continuassem, buscando assim um maior número de atores sociais envolvidos no processo.

No grupo que se firmou, em torno de 10 (dez) pessoas, era notória a cumplicidade entre os mesmos, onde os atores sociais envolvidos eram vizinhos e amigos ao longo de uma vida, que nasceram e permaneceram sempre unidos na comunidade. As brincadeiras e risadas durante os cursos permitia que se sentissem a vontade, já que permaneciam um longo período de tempo juntos.

No decorrer dos cursos e das reuniões da comunidade levantou-se a ideia da realização de uma feira para comercialização de produtos coloniais e artesanato local, mas a grande preocupação era em relação às questões jurídicas e de manipulação de alimentos. A ideia foi se fortalecendo ao longo das reuniões e encorajados, marcaram a primeira feira e fizeram todo o planejamento para a realização da mesma.

Pedron (2007) já citava que o planejamento do turismo ecológico deveria passar por diversas etapas, iniciando pela escolha, por parte dos envolvidos, do que será planejado.

Os atores sociais, protagonistas do processo, se reuniram para o planejamento da feira (Figura 7), onde buscou através de parcerias (poder público local, em especial os vereadores) a infraestrutura necessária a realização da mesma.

Figura 7 Reuniões de planejamento, realizada na escola, para realização da Feira



Fonte: Autor (2015).

Durante as reuniões de planejamento podia ser observada certa apreensão do grupo, no que diz respeito à receptividade dos turistas e a incerteza da venda dos produtos que seriam preparados.

As feiras foram planejadas para ocorrer no primeiro domingo de cada mês.

A seleção dos produtos a serem comercializados, foi baseada na utilização exclusiva de matéria-prima local, ao qual representariam a identidade local, bem como levantado o que cada um poderia produzir, sendo que para cada participante da feira, ficou a comercialização de um produto diferenciado.

Foram definidos a farinha de mandioca e seus derivados como sendo um dos principais produtos a serem comercializados, mesmo porque era base de toda a alimentação dessa região antigamente.

Como já citado, na época muitas famílias não tinham o seu próprio engenho, por essa razão fazia parte da cultura permitir que outras pessoas também usassem os seus engenhos através de vários pagamentos: uns não cobravam nada, outros arrendavam o engenho, ou através da terça, ou seja, uma terça parte da farinha produzida ficava com o dono do engenho. Este tipo de cooperação entre as famílias das comunidades se mantém até hoje.

No dia em que ocorreu a primeira feira, os produtos que mais despertaram a atenção dos turistas e a facilitação da comercialização, foram a farinha de mandioca - - - - 9 -

9 9 - - - - 9 - -
 - - 9 - - - - 9 - ;-
 - 9 - - - - - - - - - - ;- -

Pelo fato de o distrito ter grande abundância na produção e comercialização de farinha de mandioca, os subprodutos gerados, como primeira feira, em questões de poucas horas, estes produtos, derivados da farinha, já haviam sido esgotados.

Além dos produtos derivados da farinha, foram comercializados bolos, bolachas, farinha de amendoim, chás, doces e geleias além do artesanato feito pelas mulheres da comunidade, como canoas de madeira, tarrafas de pesca, tapetes, panos de louça pintados a mão, dentre outros. Alguns tapetes eram confeccionados no momento em que a feira estava acontecendo, o que despertavam o interesse do turista em saber como é produzido, como é visualizado na Figura 8.

Figura 8 Dona Albertina tecendo os tapetes durante a realização da feira.



Fonte: Autor (2015).

As feiras eram sempre realizadas em frente ao Salão Paroquial da comunidade de Parobé (Figura 9) e ao lado de um dos restaurantes mais famosos da região. O local foi estratégico, no que diz respeito às feiras irem ao encontro direto dos turistas (Figura 10).

Figura 9 Tenda com a exposição dos produtos



Fonte: Autor (2015)

Figura 10 Restaurante na comunidade de Parobé



Fonte: Autor (2015)

As feiras demonstravam a identidade do lugar, representadas nos produtos colocados à disposição dos turistas para a comercialização. Conforme já citado por Vieira et al. (2009), os produtos típicos do local visitado traz ao consumidor a sensação de aproximação com o local, com a sua cultura e a sua história.

Na Figura 11, se observa os turistas visitando a feira e adquirindo os produtos.

Figura 11 Turistas adquirindo os produtos na feira realizada na comunidade de Parobé.



Fonte: Autor (2015)

Além dos tapetes confeccionados na hora da feira, a farinha de amendoim também era produzida na hora, conforme Figura 12. Isso permitiu que os turistas tivessem acesso direto aos produtos e aos produtores.

Figura 12 - Farinha de amendoim sendo produzida durante a feira.



Fonte: Autor (2015)

Este fato corrobora com a afirmação do Ministério do Turismo (2004), onde a noção de desenvolvimento local é que o turismo também pode propiciar o contato direto do consumidor com o produtor, que

consegue vender, além dos serviços de alimentação e entretenimento, produtos in natura ou beneficiados. E, dessa forma, além de o turista obter melhor preço e qualidade dos produtos, o produtor poderá aumentar mais a sua renda.

Vale ressaltar ainda que todos os produtos vendidos nas feiras foram etiquetados com data de fabricação e validade, bem como o nome o contato de telefone do produtor (Figura 13 e 14).

Figura 13 Produtos etiquetados vendidos na feira.



Fonte: Autor (2015)

Figura 14 Produtos embalados e etiquetados



Fonte: Autor (2015)

Após as feiras, a última fase do planejamento foi composta de uma avaliação dos resultados alcançados na realização da mesma, para que desta forma fossem feitas adequações as dificuldades encontradas, levantando os aspectos positivos e negativos.

Dentre os aspectos positivos levantados, pode-se citar o acréscimo financeiro na renda familiar, fortalecimento dos laços de amizade entre os moradores da comunidade, autoestima elevada na valorização dos produtos comercializados, boa recepção dos turistas, e até considerado por parte dos participantes, como ambiente de lazer para os próprios moradores, sendo a feira um local de encontro que associa laços de amizade com o acréscimo financeiro.

Já os aspectos negativos levantados foram citados a dificuldade de transportar os produtos até outra comunidade, sendo que nem todos possuíam meios de transporte individual para levar os produtos; as condições climáticas com relação às tendas, sendo que nos dias de chuva a tenda se tornava pequena para exposição de todos os produtos, bem como o acesso dos turistas aos produtos, e além disso houve um certo receio com a própria comunidade, pois como já citado, no início o número de participantes era maior, e no decorrer dos cursos foram tendo desistências, e estas pessoas que desistiram sentiram-se isoladas, chegando a cobrar por parte dos demais participantes que não haviam sido convidadas para participar da feira.

Levantados estes aspectos, foi notório a participação e o empenho dos atores para que as feiras se mantivessem, o acréscimo financeiro na renda familiar e a satisfação do contato direto com os turistas os

motivaram mais, surgindo até a hipótese da realização das feiras todos os finais de semana.

Além disso, como já afirmado Vieira et al. (2009), as feiras agroecológicas e festas culturais típicas desempenham atualmente o papel de catalizadores da formação de um tecido social local alternativo, cada vez mais sensível às contradições do modelo catarinense de desenvolvimento.

Observa-se ainda, que a comunidade, de base açoriana, conforme já levantado por Vieira et.al (2009), tem um estilo de colonização que favoreceu a formação de comunidades relativamente homogêneas do ponto de vista da organização sociocultural, compartilhando uma história e uma ética do trabalho marcado pela valorização da autonomia local, pelos laços familiares e pelas relações de ajuda mútua.

Percebe-se então, a transformação dos pequenos empreendedores em participantes ativos nas tomadas de decisão relativas ao futuro dos seus territórios.

Irving (2005) já afirmava que projetos bem sucedidos de desenvolvimento em geral estão associados à participação da sociedade civil na elaboração e implementação de planos, programas e ações inovadoras; uma sociedade participativa é aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e uso fruto dos bens produzidos de maneira equitativa, como pode ser observado na região em estudo.

Com o conjunto de dados obtidos e as observações feitas, percebeu-se ainda que os atores sociais estão engajados no processo do desenvolvimento local, pois além da feira, no final dos cursos de capacitação, os mesmos se reuniram e conseguiram identificar dentro da comunidade os seus potenciais para o desenvolvimento do turismo ecológico com base comunitária, e que precisam apenas de incentivo por parte do poder público, como melhoria do acesso e criação de políticas públicas locais.

5.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS TURISTAS COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL

O perfil do turista foi analisado de acordo com aplicação de questionários semiestruturados e conversas informais realizadas pelo pesquisador juntamente com o interesse da comunidade em traçar este perfil, como pode ser observado na Figura 15.

Figura 15 Aplicação dos questionários em frente a Igreja, na comunidade de Parobé.



Fonte: Autor (2015)

Os questionários e as conversas informais com os turistas foram realizados no decorrer das Feiras de Produtos Coloniais e Artesanais, no período de agosto a novembro.

As entrevistas semiestruturadas e as conversas informais tiveram como objetivo principal traçar o perfil dos turistas que visitam a região bem como analisar os interesses dos mesmos na busca do desenvolvimento local.

Na Tabela 5, pode ser observada que dos entrevistados, 65% (sessenta e cinco por cento) são do sexo masculino e 35% (trinta e cinco por cento) do sexo feminino.

Tabela 5 - Caracterização dos turistas segundo sexo

Sexo	Quantidade	%
Masculino	26	65%

Feminino	14	35%
TOTAL	40	100%

Fonte: Autor (2015)

Dos entrevistados, na Tabela 6, observa-se que 70% (setenta por cento) têm idade entre 30 e 50 anos, 20% (vinte por cento) entre 20 e 30 anos, e 10% (dez por cento) mais que 50 anos.

Tabela 6 - Caracterização dos turistas por idade

Idade	Quantidade	%
0-20	0	0
20-30	8	20%
30-40	14	35%
40-50	14	35%
Mais que 50	4	10%
TOTAL	40	100%

Fonte: Autor (2015).

A renda familiar dos entrevistados, conforme Tabela 7, indica que 70% (setenta por cento) possuem renda de 2 a 5 salários mínimos, 20% (vinte por cento) até 2 salários e 10% (dez por cento) acima de 5 salários mínimos.

Tabela 7 Renda familiar média dos turistas

Renda	Quantidade	%
Até 2 salários	8	20%
2 a 5 salários	28	70%
5 a 10 salários	4	10%
TOTAL	40	100%

Fonte: Autor (2015).

Os turistas entrevistados que visitaram a região no período em estudo, vêm de diversos locais segundo informações coletadas, de pequenas e médias distâncias do Distrito. A maioria dos entrevistados vieram de grandes centros como Criciúma, Tubarão e Florianópolis, e de outras cidades como Jaguaruna, Morro da Fumaça, Cocal do Sul, Grão-

Em conversas informais com os mesmos, grande parte dos turistas citou que ficaram sabendo do potencial da região através de colegas e internet, via redes sociais.

Um dos questionamentos feito aos turistas foi no que diz respeito às quais são os maiores atrativos da região, fazendo com que os mesmos se desloquem de grandes centros para a região do Distrito. Os mesmos citaram que as belezas naturais, bem como a gastronomia, a acolhida da comunidade local, o sossego e as igrejas são os maiores atrativos, onde encontram comida de boa qualidade, um cenário deslumbrante associado a um descanso, distante dos centros urbanizados em que vivem.

Levantaram-se ainda quais seriam as maiores dificuldades encontradas na região, sendo que o maior problema levantado são as - - - - - 9 - - - - - 9 - - - - - nem sempre se encontra em bom estado. Gonçalves (2006) já ressaltava uma sistematização do que pode servir de entrave para o desenvolvimento do turismo, como a infraestrutura, principalmente relativas às más condições das estradas, longas distâncias a serem percorridas e baixa prioridade por parte dos governos.

Questionou-se ainda o que gostariam de encontrar na região, e a maioria dos entrevistados citaram que deveria ter mais restaurantes, pousadas para passar o final de semana, café colonial, trilhas ecológicas para explorar o local e levar os filhos, comércio de venda de produtos locais e mais atrativos para crianças, como pedalinhos na lagoa, passeios de canoa ou lancha até a nova ponte da BR-10, playground, entre outros, além de uma Rota Turística que pudessem vir de manhã e passar o dia conhecendo e explorando o Distrito.

Por fim, se questionou se a região tem potencial para o desenvolvimento do turismo e quais seriam estes potenciais, que pudessem preservar a cultura local e o meio ambiente, e 100% (cem por cento) dos entrevistados acreditam que a região tem potencial e levantaram-se as belezas naturais deslumbrantes, gastronomia de boa qualidade, a comunidade tradicional e o sossego como os principais potenciais.

Analisando o conjunto de resultados obtidos através dos turistas, observa-se que o Distrito de Ribeirão Pequeno já atrai um grande número de turistas todos os finais de semana, que procuram sossego e tranquilidade, longe dos grandes centros, mas a maioria cita que há carência de infraestrutura local, ou seja, mais opções como, mais restaurantes, pousadas, cafés coloniais e trilhas ecológicas, bem como uma Rota Turística.

Conforme afirmado por Santos (2004), no turismo, os aspectos históricos e culturais como a arquitetura e a gastronomia tornam-se atrativos para os visitantes, na medida em que retratam o contexto local da lugar busca realçar suas virtudes por meio de seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do

- - - ;-

5.3 AVALIAÇÃO DO POTENCIAL E DOS OBSTÁCULOS COM VISTAS AO TURISMO ECOLÓGICO-COMUNITÁRIO NA REGIÃO EM ESTUDO

O turismo ocupou papel de destaque durante a realização desta pesquisa. As análises sugerem que seu desenvolvimento nas últimas décadas induziu acontecimentos que ainda hoje provocam transformações no tecido sociocultural da região próxima as áreas de estudo, como o caso de Laguna e suas zonas costeiras.

Existe um consenso entre as categorias de atores entrevistados - - - - - ; - - - - - região vem se consolidando, isso não é devido à competência dos órgãos governamentais responsáveis, mas por suas virtudes em termos paisagísticos e gastronômicos.

Em relação a empreendimentos comerciais a região ainda não despontou. A grande preocupação é que os atores sociais envolvidos participem ativamente desse processo de desenvolvimento onde possa ser implantando um turismo ecológico comunitário, preservando suas culturas e tradições, tornando-se um lugar ao qual o turismo de massa não seja o foco principal.

Em contrapartida a isso, se percebe um desenvolvimento imobiliário na região, o ineficiente planejamento do turismo vem permitindo a expansão do setor imobiliário em desrespeito às exigências ambientais e em dissonância aos interesses das comunidades. Empreendimentos imobiliários estão sendo construídos a beira da lagoa, tornando-a - - - ->C;

Figura 16 Casas construídas de forma irregular na beira da Lagoa Santo Antônio dos Anjos.



Fonte: Autor (2015).

A grande preocupação de um investimento externo na região é que essa possa descaracterizar toda a cultura local, podendo modificar a região em termos paisagísticos, transformando a mão-de-obra, uma vez que se beneficiam do volumoso contingente de trabalhadores dispostos a modificarem suas atividades, e a ocuparem vagas em troca de baixos rendimentos.

5.3.1 Obstáculos e oportunidades

No transcurso deste trabalho se surpreendeu pela quantidade de consecução de outro estilo de desenvolvimento. Foi então necessário selecionar apenas as informações que ajudam a responder os objetivos desta dissertação.

No rol dos principais obstáculos, considera-se que a expansão da atividade turística nas últimas décadas sem um planejamento visando suas consequências futuras implicou em uma forma de desenvolvimento e crescimento econômico excludente e não igualitário marcado pela falta de um projeto urbanístico e social adequado; pela carência de infraestruturas básicas; e pelo abandono dos setores tradicionais da economia.

Todas as categorias selecionadas para este estudo fizeram severas críticas ao Poder Público, na maioria dos casos relacionadas à sua ineficiência e/ou ausência para tratar essas questões.

A maioria dos investimentos públicos são direcionados ao turismo localizado no perímetro urbano, mais precisamente ao espaço circunscrito ao centro da cidade de Laguna e suas praias.

O setor da pesca também se ressentido de dificuldades aliadas à falta de compromisso do poder público, como o incentivo para aquisição de insumos. Esse contexto vem induzindo ao desaparecimento de componentes fundamentais da economia local do passado, como os engenhos de farinha, a agricultura familiar e a pesca artesanal, sendo

deslumbram os trabalhos ligados à pesca artesanal e à agricultura local.

Sob este ponto de vista, se percebe a dificuldade que um enfoque tão inovador quanto o do TEC possa, em curto prazo, ser aplicado, ou mesmo que ele possa substituir o turismo de massa, é necessário mais capacitações para que os atores sociais possam modificar a ideia de um turismo convencional, amplamente enraizada na socioeconomia local.

Além de identificar as potencialidades para o desenvolvimento do turismo, essa é uma região dotada de características que as torna promissora para compor uma estratégia alternativa de turismo.

No município de Laguna, acredita-se que o centro urbano e praias não oferecem condições para o desenvolvimento de um turismo alternativo, já que o turismo de massa vem se consolidando, apesar de apresentar alguns elementos sociais, arquitetônicos e paisagísticos capazes de distingui-

No entanto, algumas regiões pontuais ainda apresentam elementos socioculturais e paisagísticos singulares e relevantes no bojo da proposta de TEC aqui apresentada, ou seja, uma preocupação em cuidar do lugar de origem preservando as atividades conforme os ancestrais.

Todas estas regiões no passado foram repletas de engenhos de farinha de mandioca que constituíam a base da economia tradicional. Hoje existem quatro engenhos de farinha em funcionamento, sendo três na localidade de Ribeirão Pequeno, e um na localidade do Morro Grande, ao qual se mantem as tradições de produção conforme Figura 17.

Figura 17 Tradicional engenho de farinha na comunidade de Ribeirão Pequeno.



Fonte: Autor (2015).

Além disso, nessa região também é fabricada cachaça artesanal e de reconhecida qualidade.

O resgate desses engenhos e de outras formas tradicionais de produção revela o potencial em termos turísticos da região. Incluindo nisso a criação de uma cooperativa produtores/pescadores, a fim de, entre outras coisas, eliminar os atravessadores e aproximar o consumidor. No entanto, um projeto neste sentido necessita de estratégias pedagógicas de formação e profissionalização dos interessados.

Os maiores potenciais identificados na região são os da pesca artesanal juntamente, produtos coloniais, as tradicionais festas açorianas, com a cultura do boi-de-mamão, além das lavadeiras, que ainda lavam para nas cachoeiras, a utilização de carros-de-boi, entre outras. A Figura 18, demonstra a maneira peculiar ao qual se buscam seus sustentos, uma vez que muitas famílias ainda estão ligadas a essas atividades.

Figura 18 - Canoas utilizadas na pesca artesanal da comunidade de Ribeirão Pequeno.



Fonte: Autor (2015).

Percebe-se a existência de sentimentos de estima e carinho pela pesca artesanal e os produtos coloniais por parte dos moradores e dos turistas, onde há uma valorização por transmitir nos produtos a qualidade e o empenho na aquisição dos mesmos.

Por sua vez, afirma então o que Vieira et.al (2006) já citava, que a zona costeira centro-sul é considerada atualmente como um embrião de território habitado por comunidades de pescadores artesanais que conservam ainda hoje uma forte identidade cultural açoriana.

Trata-se de levar em conta um potencial de importância estratégica, em função da existência de áreas em sua maior parte permitindo a utilização ecologicamente prudente de um rico patrimônio em termos de recursos florestais e pesqueiros.

6 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo da comunidade em transformar a região e desenvolver o turismo foi um dos motivos que levaram este pesquisador a desenvolver o presente trabalho.

O trabalho de pesquisa realizado teve como intuito principal avaliar as experiências e as possibilidades de desenvolvimento territorial sustentável visando o turismo ecológico com base comunitária no Distrito de Ribeirão Pequeno, município de Laguna, SC. Neste contexto, foi possível avaliar às iniciativas e práticas das atividades ligadas ao desenvolvimento local e as perspectivas dos atores locais.

Neste trabalho procurou-se argumentar também que o turismo ecológico sustentável pode ser uma forma de produção que se permite estabelecer. Para investigar esta questão trilhou-se por um longo caminho, guiados por um marco metodológico que permite integrar dados na busca de uma melhor compreensão das possibilidades e potenciais turísticos da região.

Com os cursos do SENAR, as reuniões do grupo, bem como observações da comunidade em estudo, permitiu-se chegar ainda a alguns resultados aqui relacionados. Deste modo, foram levantados os principais aspectos que podem ser destacados neste estudo, gerando assim a conclusão e considerações finais do presente trabalho.

As informações obtidas na região do distrito de Ribeirão Pequeno indicam que o local possui uma vastíssima área verde, com possibilidades de trilhas ecológicas e belas cachoeiras, enfim um ambiente perfeito para a exploração turística. Portanto, isso deve ser bem manejado de forma a permitir a manutenção do equilíbrio entre o homem e a natureza.

Há uma necessidade de conscientização contínua por parte dos moradores locais e, conseqüentemente, dos turistas que visitarão a região. A comunidade local almeja tornar o local em um atrativo turístico, respeitando suas peculiaridades, seus costumes, suas tradições, sem perder a autenticidade e a alma do lugar.

À medida que a pesquisa foi se consolidando, percebeu-se que o rendimento econômico da comunidade tem gerado preocupação, devido a diminuição do emprego rural, dessa forma o desenvolvimento do turismo traz uma nova esperança aos moradores no sentido de gerar empregos e novas perspectivas aos moradores da região.

Por sua vez, em relação ao meio ambiente natural e os impactos negativos gerados pelas atividades econômicas desenvolvidas, foi verificado que os atores envolvidos possuem uma preocupação em

melhorar e preservar o meio ambiente, para que não haja uma escassez de recursos naturais, uma vez que estes sobrevivem do meio ambiente natural. Neste contra ponto, viu que é necessário estabelecer mecanismos entre os atores envolvidos para que participem mais ativamente dos processos de gestão pública ambiental, uma vez que são de suma importância para o ambiente e que estes vive.

Em relação às políticas de DTS, percebe-se que há uma necessidade de se criar modelos de desenvolvimento que abranjam os ambientes e as realidades presentes em determinadas áreas. Viu-se que é preciso fomentar políticas bem articuladas e aplicáveis, para que estes modelos saiam do papel e entrem para o campo da realidade. Pois, nos ambientes em questão, viram-se ações isoladas de DTS, e não pautadas dentro de uma realidade conjunta.

Para os planos da comunidade funcionarem e gerarem resultados é necessário um fortalecimento constante e sólido de apoio por parte de órgãos municipais e demais associações que possam atuar positivamente. Também constatou que os atores possuem a necessidade de possuírem bases e incentivo para poder levar suas atividades adiante.

Tendo como foco o ambiente rural as políticas públicas pautadas nestes ambientes, precisam de um maior foco de atenção. Pois é, neste ambiente que se encontra disponível os recursos naturais, as maiores reservas de biodiversidade, bem como onde estão áreas que visam ser protegidas, além disto, também é neste ambiente onde se encontram as populações que mais necessitam de créditos e financiamento para exercer suas atividades.

Concluiu-se também que o perfil dos turistas que visitam a região é na busca pelo novo, principalmente associando o turismo com a paz e a tranquilidade, sendo que a maioria vem de grandes centros em busca de lazer, contato com a natureza, associado à gastronomia local. O interesse dos mesmos na aquisição de produtos locais também se mostrou satisfatório, no que diz respeito ao sucesso de venda nas Feiras realizadas na comunidade.

Desta forma, o presente estudo mostrou a importância e também a necessidade de existir um fortalecimento por parte dos atores sociais através de associações ou cooperativas, para que esta união resulte em políticas públicas aplicáveis.

Também se conclui que, o fomento de políticas que visem à aplicação de diretrizes e políticas de DTS depende consideravelmente do envolvimento dos atores sociais. Deste modo, as conversas e participações ativas na comunidade resultou um meio de contribuir

positivamente para a construção da pesquisa, através do aperfeiçoamento das discussões.

REFERÊNCIAS

ABROMAVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, et al (org). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: Secco, 2010. 448p.

ANDERSEN, J. F. Município de Laguna: **Caracterização geográfica e sócio econômica**. AMESC, p.6-16, 1986.

ANDION, Carolina. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da AGREGO**, 2007. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Programa de pós graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPICH), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ARAÚJO, Guilherme; GELBCKE, Daniele (2008). Turismo Ecológico-Comunitário: Uma perspectiva ética e educativa a partir das experiências dos agricultores familiares da Encosta da Serra Geral e dos pescadores tradicionais da Lagoa de Ibiraquera, SC. **Revista Turismo Visão e Ação (mimeo)**.

ARAÚJO, Guilherme Pinto de. **Trajetória do Turismo no Litoral Centro-Sul de SC: impactos socioambientais, desafios e oportunidades para estratégias de Desenvolvimento Territorial Sustentável** Florianópolis, 2008. 134f.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v.1, n. 2, p.7-12, Mar, 2001.

BLOS, W. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local: Lages (SC)**. Santa Maria: Ed. Facos, 2005. (Série Dissertações em Turismo Rural; nº 8).

BOFF, Leonardo (2007). **Resgatar o coração**. Disponível na Internet via

<<http://www.agenciartamaior.com.br/templates/index.cfm?alterarHo meAtual=1>> Acesso em outubro de 2015.

BUARQUE, Cristovam (1990). **A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CASTRO GIOVANNI, A. C. Existe uma geografia do turismo. In: GASTAL, S.; BENI, M. C.; CASTRO GIOVANNI, A. C. **Turismo investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).

CAVACO, C. Turismo Rural e Desenvolvimento Local. In: CAVACO, C. **As regiões de Fronteira. Inovações e Desenvolvimento do Mercado Único Europeu**. Estudos para o Desenvolvimento Regional e Urbano. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1995.

_____. (2000). Turismo, Comércio e Desenvolvimento Rural. In Almeida, J. A.; Riedl, M.(Orgs.). **Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento**. Bauru:EDUSC.

CAZELLA, VIEIRA, P (2004). **Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina** - Projeto CAPES/COFECUB n° 449/04. Florianópolis.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice hall, 2002. 242 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164 p.

CIRAM. **Dados e informações biofísicas da unidade de planejamento regional do litoral sul catarinense**. UPR, 8. Florianópolis, SC. p.65, 2001.

COLLETIS G., PECQUEUR B., 2004. Révélation des ressources spécifiques et coordination située. In : 4es Journées Proximité, réseaux et coordination, 17-18 juin . 2004, Greqam-Idep, Faculté des sciences économiques, Marseille.

CORIOLOANO, Luzia Neide (2006). Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, Amália I. G; Arroyo, Mônica; et al (ORGs). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Expressão Popular.

_____, (2005). **A exclusão e a inclusão social e o turismo**. *Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*. Vol. 3, nº 2.

_____, CRUZ LIMA, Luiz (ORGs) (2003). **Turismo comunitário e responsabilidade social**. Fortaleza: EDUECE.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DESJARDINS, Denis Requier. Agroindustria Rural y Sistemas Agroalimentares Localizados: cuáles puestas? **X Aniversario de PRODAR**: Quito, 1999.

FIALHO, M. A. V. **Turismo rural e o emprego rural não-agrícola: O caso da Rota Colonial de Dois Irmãos, Rio Grande do Sul Brasil. 2003**. Disponível em: <http://www.rimisp.cl/dfid/colonial_br.pdf>. Acesso em outubro de 2015.

FONTANA, R.de F. **Desenvolvimento do Turismo Rural no Norte do Paraná: Estudo de caso da Fazenda UBATUBA/APUCARANA PR**. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). São Paulo, 2005. 160p.

FURTADO, Celso (1981). **Tendências estruturais do sistema capitalista na fase de predomínio das grandes empresas**. In: O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 15-76.

GALTUNG, Johan (1977). Self Reliance: concepts, practice and rationale. IN: Selfreliance: a strategy for development SACHS, Ignacy (2007a). **A gestão da qualidade do meio ambiente e o planejamento do desenvolvimento: algumas sugestões para a ação**. In: **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: CORTEZ.

GONÇALVES, Y. K. Turismo em Áreas Rurais Perspectivas da Organização Local no Caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG). In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia**

Rural. 44, 2006. Fortaleza. CE. Anais... Brasília-DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural

IRVING, Marta de Azevedo; SANCHO, BURSZTYN, Ivan; et al (2005). **Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico**. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 5, nº4.

_____, (2004). **Turismo de Base Comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil Prainha do Canto Verde**, Beberibe (CE). Caderno Virtual de Turismo. Vol. 4, nº. 4.

KÖPPEN, N. **Climatologia. Com um estúdio de los clima de la tierra. Fondo de cultura econômica**. México. 1948. 479p.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE, P. F.; KLEIN, R.M. **Vegetação. Geografia do Brasil**, IBGE, v. 2, p.113-150, 1990.

LINDNER, M. **Turismo Rural e desenvolvimento local: Estudo da rota gastronômica de Santa Maria - Silveira Martins, RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria RS. 2007. 110p.

LINS, Hoyêdo Nunes et al. Turismo em Santa Catarina : caracterização e problemática. In: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002, p. 209-261.

MARTINS, G. A.Theóphilo, C.R. (2009). **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do turismo Rural no Brasil**. Brasília, 2004.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2002b

NEVES, J. C. C. F. **Iniciativas de Desenvolvimento Local em Meio Rural**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planejamento Regional e Local) Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. V. 1, No 3, 2º sem/1996.

OLIVEIRA, C. G. S. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local**. In: **Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. 5, 2005. Piracicaba SP. Anais... FEALQ.

OLIVEIRA, L.V.de Jesus. **Memória: um patrimônio irrenunciável: comunidades do Distrito de Ribeirão Pequeno da Laguna**. Palhoça: Ed. UNISUL, 2010. 95p.

OMT, UNEP & UE. **Charter on Sustainable Tourism**. Lanzarote, 1995. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html>. Acesso em outubro de 2015.

PEDRON, F. A. **Planejamento do Turismo Rural: Estudo do Roteiro Nostra Colônia**, Jaguari, RS. Santa Maria: FACOS, 2007. (Série Dissertações em Turismo Rural; n.15).

PIEVE, Stella Maris Nunes; KUBO, Rumi Regina; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Pescadores da Lagoa Mirim**: etnoecologia e residência. Brasília: MDA, 2009. 244 p.

REBELO, M.A. **Florística e Fitossociologia de um Remanescente Florestal Ciliar: subsídio para a reabilitação da vegetação ciliar para a Microbacia do Rio Três Cachoeiras, Laguna, SC**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Criciúma, SC. 2006. 145p.

RIVEROS, S. H.; BLANCO, M. M. **El agroturismo, uma alternativa para revalorizar la agroindústria rural como mecanismo de desarrollo local**. Lima: IICA: PRODAR, 2003.

RODRIGUES, A. B. Patrimônio, território y emprendedorismo: Pilares Del desarrollo del turismo em base local. In: **Aportes y Transferências**. Ano 7, Vol. II. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata. 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e espaço**. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

SACHS, Ignacy (2007a). A gestão da qualidade do meio ambiente e o planejamento do desenvolvimento: algumas sugestões para a ação. In: **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: CORTEZ.

_____, (2007b). Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: **Rumo à ecossocioeconomia**. São Paulo: CORTEZ.

_____, (2001). Quo vadis, Brasil? In: Sachs et al (Orgs) **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das letras, pp. 488-501.

_____ (1986b). **Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento**. São Paulo: VÉRTICE.

_____ (1986a). **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir**. São Paulo: VÉRTICE.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; Oyarzúm, Edgardo; et al (2006). **Arranjo Socioprodutivo Local de Base Comunitária: Análise Comparativa de Experiências de Turismo Comunitário no Brasil e no Chile**. Blumenau, Mimeo. 128p.

_____ (2004a). **Desenvolvimento sustentável e turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística**. Blumenau: EdiFURB e Bernúncia.

_____ (2004b). **Turismo como fenômeno humano: um estudo sistêmico complexo**. Florianópolis, Mimeo.

SAMPIERE, Roberto Hernández; CALLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Batista. **Metodologia da Pesquisa**. 3. ed. São Paulo:MC GRAW Hill, 2006. 583 p.

SANTOS, A. B. dos. **Desenvolvimento regional e capital social: uma abordagem para a Microrregião de Presidente Prudente** SP. 2005. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005b.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Território, Territórios. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. p.17 38.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **A natureza do espaço**. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SCHÄFFER, W. B.; PROCHNOW, M. A. **Mata Atlântica e Você: como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira**. Brasília, DF. 2002, p.156.

SILVA, L. R. da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: Bases para o turismo rural sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOUZA, M. J. L. de. Como pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local? In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo Desenvolvimento Local**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SOUZA, Quênia de. **Experiências de produção agroecológica e familiar nos municípios de Garopaba e Praia Grande, Santa Catarina: Algumas reflexões sobre a ótica do conceito desenvolvimento territorial sustentável- DTS**. Dissertação (mestrado em Ciências Ambientais). Criciúma, 2014. 149p.

TEIXEIRA, M. B.; COURA NETO, A. B.; PASTORE, U.; RANGEL FILHO, A. L. R. Vegetação. In; **Folha.SH. 22 Porto Alegre e partes das Folhas SH. 21 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim: Geologia e geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra**.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.p 541-632, (Levantamento dos recursos naturais v.33).

TIBÉRIO, M. L.; CRISTOVÃO, A. Propostas para a valorização das Microproduções. In: CRISTOVÃO, A.; TIBÉRIO, M. L. **Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro Duero.** Lisboa: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2005.

VELOSO, H. P.; GÓES-FILHO, L. Fitogeografia Brasileira **Classificação Fisionômico- Ecológica da vegetação neotropical.** Boletim Técnico RADAM/BRASIL. Série Vegetação V.1: 1-80, 1982.

VIEIRA, Paulo Freire e WEBER, Jacques (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997.

VIEIRA, Paulo Freire. CAZELLA, Ademir Antonio, CERDAN, Claire. Desenvolvimento Territorial Sustentável: conceitos, experiências e desafios teóricos-metodológicos. In: P. F. Vieira, A. A. Cazella, e C. Cerdan (Orgs.). **Revista Eisforia**, Florianópolis, 4 (4) (Número especial), p. 13-20, 2006.

VIEIRA, Paulo Freire. CAZELLA, Ademir Antonio, CERDAN, Claire. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. **Revista Política e Sociedade.** Florianópolis, 2009.

VIEIRA, P.F.A. Introdução. In: P. F. Vieira, F. Berkes, C. S. Seixas. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais:** conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco/APED, 2005a, p.13-42.

ZIONI, F.; SOUZA, D. V. Pesquisa Social: Métodos aplicados ao Saneamento. In: PHILLIPPI, A. J. (Editor). **Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável.** Barueri, SP: Manole, 2005. 599-622 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A Roteiro de entrevista com moradores locais

- 1) Quantos são?**
- 2) Quem são?**
- 3) Idade?**
- 4) Escolaridade?**
- 5) Profissão?**
- 6) Fonte de renda?**
- 7) Tempo de residência no Distrito?**
- 8) Por que moram ali?**
- 9) O que os atrai na região?**
- 10) Qual o papel na comunidade?**
- 11) Desejos em relação ao futuro da comunidade?**
- 12) Preocupações com o turismo em massa?**
- 13) Dificuldades encontradas na comunidade?**
- 14) Há um planejamento no desenvolvimento da comunidade?**
- 15) Qual a ação das políticas públicas na região?**
- 16) Apresenta autonomia no grupo?**
- 17) Relação com os demais participantes.**

ANEXO

ANEXO A Questionário de Entrevistas Semiestruturadas com os turistas

Questionário de Aplicação no Distrito de Ribeirão Pequeno Laguna/SC

Objetivo: Traçar o perfil do turista visitante no Distrito de Ribeirão Pequeno.

1) Sexo FEMININO MASCULINO

2) Idade _____
 0 a 20 20 a 30 30 a 40 40 a 50 mais que 50

3) Município _____

4) Estado _____

5) Renda familiar (salários mínimo)

até 2 2 a 5 5 a 10 mais que 10

6) Através de qual meio de comunicação ficou conhecendo a região?

Internet colegas jornais rádio televisão

Outros. Qual? _____

7ETBT1 0 0 1 185.33 311.47 Tm[m]15(ei)6(o)-09 Tm[]TJETBT/F1 10.56

(si)8n(li)6(i)5zcaço?